

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**VALÉRIA INÊS DAITX SILVEIRA**

**UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE SOCIAL DO  
PATRULHAMENTO ESCOLAR DE GRAVATAÍ: DIFERENTES PERCEPÇÕES**

**Porto Alegre  
2019**

**VALÉRIA INÊS DAITX SILVEIRA**

**UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE SOCIAL DO  
PATRULHAMENTO ESCOLAR DE GRAVATAÍ: DIFERENTES PERCEPÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

**Porto Alegre  
2019**

## RESUMO

Diante das dificuldades em enfrentar a violência e a criminalidade no Brasil, faz-se necessário implementar políticas públicas de segurança capazes de enfrentar esse fato tão presente na sociedade atual, a começar pela escola que, depois da família, é um dos principais lugares que acolhe a criança. Diante da violência e vandalismo nas escolas o município de Gravataí/RS por meio de sua Secretaria de Segurança e a Secretaria de Educação resolveu implantar a Patrulha Escolar, em 2016, com o intuito de proporcionar maior segurança à comunidade escolar. Neste trabalho se buscou medir a efetividade social e fazer uma análise da atuação da Patrulha Escolar da Guarda Municipal junto às escolas municipais de Gravataí, através da percepção dos diversos atores envolvidos. Entendendo que a avaliação é um processo de produção de informações sobre políticas públicas e a efetividade, uma medida valorativa da percepção dos beneficiários e dos implementadores das ações governamentais. Esta aproximação da comunidade escolar se deu por meio da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, a fim de entender a percepção dos alunos, professores e diretores, bem como dos guardas municipais e do Comandante da Guarda Municipal. Utilizou-se como fundamentação teórica os conceitos de Administração Pública, políticas públicas, políticas públicas de segurança, políticas públicas municipais, assim como um breve histórico das Guardas no Brasil, da Guarda Municipal de Gravataí e também se traçou um paralelo do policiamento tradicional ao policiamento comunitário e sobre o patrulhamento escolar da Guarda de Gravataí. Participaram da pesquisa cento e quarenta e quatro alunos, dois diretores, dois vice-diretores e vinte e dois professores de quatro escolas do município que foram escolhidas mediante o critério de atuação do patrulhamento, ou seja, uma escola para cada região atendida pela Patrulha Escolar. Após a análise dos dados coletados concluiu-se que os indicadores apontam que os objetivos delineados pela política são percebidos pela comunidade, assim como as ocorrências que ferem ao convívio social. Apresentamos também indicadores sobre a percepção em relação às atividades exercidas pela Patrulha Escolar. Esses indicadores mostram a importância do trabalho de prevenção atribuído aos agentes, contudo sugere que deve haver uma aproximação maior entre as escolas e a segurança através de atividades pedagógicas conjuntas e também palestras que contribuam para melhorar a qualidade da segurança nas escolas do município. Assim este trabalho pode contribuir para futuros estudos sobre a segurança no ambiente escolar com a participação da Guarda Municipal e sua Patrulha Escolar.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Segurança Pública; Guarda Municipal; Patrulha Escolar; Comunidade escolar.

## ABSTRACT

Facing the difficulties in facing violence and crime in Brazil, it is necessary to implement public security policies capable of facing this fact so present in today's society, starting with the school that, after the family, is one of the main places that welcomes the child. In the face of violence and vandalism in schools, the city of Gravataí / RS, through by means of Security Secretary and the Secretary of Education, decided to implement the School Patrol in 2016 with intent of providing greater security to the school community. In this study we sought to measure social effectiveness and make an analysis of the performance of the School Patrol of the Municipal Guard next to the municipal schools of Gravataí, through the perception of the various actors involved. Understanding that evaluation is a process of producing information about public policies and effectiveness, a measure valuation of the perception of beneficiaries and implementers of government actions. This approach of the school community occurred through the application of questionnaires and semi-structured interviews, in order to understand the perception of the students, teachers and directors, as well as of the municipal guards and the Commander of the Municipal Guard. Was used as theoretical basis the concepts of Public Administration, public policies, public security policies, municipal public policies, as well as a brief history of the Guards in Brazil, the Municipal Guard of Gravataí and a parallel was also drawn from traditional policing to community policing and about the school patrol of the Guard of Gravataí. One hundred and forty-four students, two directors, two vice-directors and twenty-two teachers participated in the study from four schools of the municipality were selected through the criterion of patrolling, that is, a school for each region served by the School Patrol. After analyzing the collected data, it was concluded that the indicators show that the objectives outlined by the policy are perceived by the community, as well as the occurrences that hurt social interaction. We also present indicators about the perception regarding the activities carried out by the School Patrol. These indicators show the importance of the prevention work assigned to the agents, but suggests that there should be a greater approximation between schools and safety through joint pedagogical activities and also lectures that contribute to improving the quality of safety in the municipal schools. Thus this work can contribute to future studies on safety in the school environment with the participation of the Municipal Guard and its School Patrol.

**Keywords:** Public Policies; Public security; Municipal guard; School Patrol; School community.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1-Viatura identificada como Patrulha Escolar.....	37
--	----

### GRÁFICOS

Gráfico 1-Indicadores de ocorrências registrados pela Guarda Municipal por ano em Gravataí.....	39
Gráfico 2-Ano escolar dos alunos.....	46
Gráfico 3-Idade dos alunos participantes da pesquisa.....	47
Gráfico 4- Indicadores da percepção dos alunos em relação às atividades exercidas pela Patrulha Escolar. ....	47
Gráfico 5- Indicadores da frequência de ocorrências na escola.....	50
Gráfico 6- Indicadores do sentimento em relação à presença da PE na escola. ....	51
Gráfico 7- Indicadores do sentimento quanto à continuidade da Patrulha Escolar. ....	51
Gráfico 8- Indicadores do sentimento quanto ao atendimento da Patrulha Escolar. ....	52
Gráfico 9-Quantidade de respondentes em cada escola.....	53
Gráfico 10-Função exercida na escola. ....	53
Gráfico 11- Indicadores da frequência das atividades realizadas pela Patrulha. ....	54
Gráfico 12- Indicadores da frequência de ocorrências na escola.....	55
Gráfico 13- Indicadores do sentimento em relação à presença da PE na escola. ....	56
Gráfico 14- Indicadores do sentimento quanto à continuidade do patrulhamento.....	56
Gráfico 15- Indicadores do sentimento em relação ao atendimento da PE. ....	57
Gráfico 16- Indicadores do tempo de atuação de cada guarda no PE.....	60
Gráfico 17- Indicadores das atividades realizadas pela PE durante a Ronda. ....	60
Gráfico 18- Indicativos de ocorrências atendidas durante o PE.....	61
Gráfico 19- Indicadores dos principais motivos que levam a conflitos e/ou violência no ambiente escolar. ....	62
Gráfico 20- Indicadores de como o agente considera a aceitação do Patrulhamento. ....	62
Gráfico 21- Indicadores de como o agente considera sua atuação no patrulhamento. ....	63
Gráfico 22- Indicadores das principais dificuldades enfrentadas durante o PE. ....	63

### QUADROS

Quadro 1-Evolução dos Planos de Segurança do Governo Federal. ....	21
Quadro 2-Ocorrências atendidas pela Guarda Municipal entre 2016 e 2018.....	38
Quadro 3-Cumprimento de objetivos e instrumentos de coleta.....	41
Quadro 4-Regiões e escolas atendidas pelo patrulhamento.....	43

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	19
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS .....	23
<b>2.4.1 Avaliação de Políticas Públicas .....</b>	<b>26</b>
<b>3 BREVE HISTÓRICO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO BRASIL .....</b>	<b>28</b>
3.1 GRAVATAÍ E SUA GUARDA MUNICIPAL.....	29
3.2 DO POLICIAMENTO TRADICIONAL AO COMUNITÁRIO .....	32
<b>3.2.1 O Grupamento Escolar da Guarda Municipal.....</b>	<b>34</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 CAMINHO PERCORRIDO PARA PESQUISA .....	42
<b>5 ANÁLISE DESCRITIVA DA EFETIVIDADE SOCIAL DA GUARDA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ ATRAVÉS DE INDICADORES.....</b>	<b>45</b>
5.1 AS ESCOLAS ESCOLHIDAS.....	45
5.2 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS .....	46
5.3 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES.....	52
5.4 A PERCEPÇÃO DOS GUARDAS DO PATRULHAMENTO .....	59
5.5 A PERCEPÇÃO DO COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL .....	65
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL OFICIAL GM ROGÉRIO DE SOUZA LUIZ.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS ALUNOS:.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS PROFESSORES E DIRETORES:.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS GUARDAS MUNICIPAIS PARTICIPANTES DA RONDA: .....</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade a violência não é um evento novo, contudo a diversidade das ocorrências e a regularidade com que se apresentam habitualmente têm criado muita insegurança na população em geral, principalmente devido à audácia de seus causadores, e os resultados gerados pelo incidente.

Em um país de dimensões continentais, com tantas singularidades histórica, sociocultural, econômica e política, como o Brasil, a dificuldade de atenuar a insegurança requer práticas de políticas públicas, não somente de segurança, mas ações integradas e continuadas, que sejam capazes de atingir e suprir as necessidades da sociedade brasileira nesta área.

Entende-se por Políticas Públicas as ações governamentais direcionadas a efetivação de direitos, resultantes de processos regulados juridicamente (BUCCI, 2006); o resultado de atividades voltadas à consolidação do Estado Democrático (AITH, 2006); ou ainda uma ação criada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2013) entre outros. Mesmo não havendo um único conceito definindo Políticas Públicas elas vão além das políticas de governo, uma vez que digam respeito a um “problema público”, relevante para o coletivo, que realmente é o que a define (SECCHI, 2013). Depois de assinalado esse problema público, então as políticas são criadas e formuladas, se transformando em projetos, planos, programas, entre outras práticas a serem instituídas e sujeitas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

O crescimento dos índices de violência e criminalidade no Brasil mostra a gravidade deste problema público, o qual as Políticas Públicas de Segurança Pública não têm mostrado eficiência. Dados disponíveis no Atlas da Violência 2018, coordenado pelo pesquisador do IPEA Daniel Cerqueira em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que em 2016 ocorreram 62.517 homicídios, sendo que 50,3% destes foram de jovens entre 15 e 29 anos. Estes dados alarmantes justificam o medo e insegurança da população, uma vez que muitas guerras pelo globo não apresentam tão alto índice de mortalidade.

A partir da Constituição de 1988 e mais tarde na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em 2003, o Estado brasileiro vem se preocupando em instituir políticas orientadas ao controle da violência e da criminalidade, baseadas no respeito aos direitos humanos e na adoção de métodos tático-operacionais e político-sociais (CARVALHO A., 2016).

Nesse cenário, em 1995 foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) sendo reformulada em 1997, se tornando Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), orientada a articular ações preventiva e de repressão à criminalidade no país, por meio da integração de políticas sociais e de segurança com o viés comunitário. Depois, para financiar e desenvolver essas políticas, foi criado o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Todavia os resultados previstos não foram alcançados e com isso, em 2003, foi implantado o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com o intuito de operar de modo articulado através de políticas preventivas, direcionadas especialmente aos jovens, contudo, este sistema também não obteve êxito, o que levou a criação, em 2007, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o qual foi criado para atuar de forma coordenada no enfrentamento à violência, de maneira que mapeava todas as causas da violência e investia na redução destas, ao fomentar ações que transpõem áreas relacionadas à educação, cultura, esporte, entre outros, chegando até a reestruturação e valorização profissional do sistema de segurança pública (BRASIL, 2010).

Com essa nova visão sobre segurança, a SENASP recomendou que a filosofia de policiamento comunitário passasse a ser parte do PRONASCI, se baseando na Diretriz nº 5, do desafio de garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas constantes no Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, que adotou o policiamento comunitário como política de segurança pública marcada pela aproximação com a comunidade, estabelecendo parceria a fim de solucionar os problemas de segurança (BRASIL, 2003).

O policiamento comunitário pode ser entendido como uma filosofia e estratégia organizacional orientada para o estabelecimento de uma cooperação mútua entre o agente policial e a população, fundado no argumento de que tanto a comunidade quanto o agente de segurança precisam trabalhar unidos na identificação, priorização e resolução de problemas atuais como crimes, desordens, medo da criminalidade, e a degradação do bairro em geral, com o intuito de melhorar a qualidade de vida do lugar (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX<sup>1</sup>, 1994 *apud* CARVALHO A., 2016).

Após executadas ações e políticas para prevenir e conter a violência e a criminalidade se observa que a segurança pública não é mais problema exclusivo das polícias. As guardas

---

<sup>1</sup> TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.



municipais passam, em especial a partir da Lei Federal 13.022/2014, a exercer a função preventiva e auxiliar no combate a criminalidade a nível municipal. A participação da sociedade também se tornou fundamental para promover a paz social, principalmente após a Constituição Federal de 1988 que apontou a segurança pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (BRASIL, 2017).

Tal visão é reforçada por Oliveira<sup>2</sup> (2008) *apud* Carvalho A. (2016), o qual aponta que nos últimos vinte e cinco anos a violência deixou de ser uma “questão estritamente policial” para envolver outros atores e esferas públicas ou privadas na busca conjunta por alternativas no intuito de conter esse fenômeno, causando inquietação a diversos seguimentos da sociedade, principalmente aqueles de cunho socializador diante do envolvimento de jovens com a criminalidade e da sua função na conciliação de disputas e atenuação de episódios violentos.

Diante destas circunstâncias, a violência no âmbito escolar passa a fazer parte da pauta da segurança pública, uma vez que a consolidação da democracia está representada na proteção destas instituições pelo poder público, dado que a violência nestas instituições fortalecem a evasão escolar e a exclusão de muitos jovens, principalmente os de classe menos favorecidas. Desse modo, se trata de abrir caminho para o conhecimento, para o convívio social, para a capacidade transformadora da escola e por consequência ao total desempenho da cidadania (CARVALHO A., 2016).

Uma vez que a Constituição do Brasil garante em seu artigo 206 inciso I que o ensino será ministrado sob o princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o que é reafirmado no art. 126, inciso I da Lei Orgânica do Município de Gravataí, se faz necessária essa aproximação entre escolas e Guarda Municipal.

Em 2016 a Guarda Municipal de Gravataí, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e a Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública (SMASP), passou a realizar patrulhamento no entorno das escolas municipais, devido ao aumento da violência e criminalidade, e da dificuldade que as instituições de ensino apresentam diante deste problema.

Assim, a Guarda Municipal passou a exercer a função preventiva de crimes e vandalismos nas escolas; a avaliar e sugerir melhorias nas instalações físicas e condições de

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Windson J. M. de. **A policialização da violência em meio escolar**. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

segurança da comunidade escolar e seu entorno, bem como a execução de visitas e palestras educativas e preventivas sobre bullying, prevenção às drogas, indisciplina e ato infracional.

De acordo com dados fornecidos pelo comando da Guarda Municipal, por meio de relatório anual de Boletins de Atendimento, no ano de 2016 e, tabulados neste estudo, a partir de agosto, o patrulhamento atendeu 2.442 ocorrências diversas no município, sendo que 2,80% destas ocorrências envolveram vandalismo, roubo e posse de entorpecentes no entorno das escolas (GM, 2016). De acordo com Campos (2017) entende-se como patrulhamento a “guarda e vigia com patrulhas”.

Estes dados serviram de base para atingir o objetivo deste trabalho que é examinar a eficiência da política pública de segurança desenvolvida em Gravataí por meio do patrulhamento escolar orientado ao controle e redução da violência e criminalidade nas escolas do município, quanto à percepção, alcance e eventuais ajustes sugeridos por seus beneficiários.

Dentre as coordenadorias criadas pela Lei 2.750 que instituiu o Estatuto de Funcionamento e Organização da Guarda Municipal de Gravataí, trabalharemos com a coordenadoria Comunitária que coordena o Grupamento Escolar e todas suas ações. Ainda desta estrutura, destaca-se o patrulhamento escolar o qual é uma ação do Grupamento Escolar de Gravataí que é a materialização de uma Política de Segurança da qual se faz necessário estudar, entender e responder questionamentos tais como: Existe algum acompanhamento sobre a implementação da política pública do patrulhamento escolar da Guarda Municipal de Gravataí? O arranjo institucional da política de segurança de Gravataí é efetivo? A população escolar percebe a efetividade social do patrulhamento? Há relação entre a percepção dos beneficiários e o trabalho exercido pelos agentes da Patrulha Escolar?

Com estas questões se inicia a aproximação do Problema de Pesquisa que dirige este Trabalho. Neste afã, verificamos a possibilidade e a necessidade de estudos desta natureza. Por um lado, não tendo achado outros trabalhos neste segmento e nível governamental em particular, e por outro, pela utilidade do estudo para a própria instituição que requer dados, que orientem tomadas de decisão e, organização de informações para fortalecer e melhorar este serviço que julgamos importante.

Com isso este trabalho tem como objetivo geral analisar a efetivação da política pública social da Guarda Municipal de Gravataí por meio da avaliação do patrulhamento escolar após a reestruturação desta em 2016. Tendo como objetivos específicos: registrar a história do patrulhamento como política local de segurança; avaliar a efetividade social do patrulhamento mediante a percepção da população escolar; entender se há relação entre a

percepção dos beneficiários e a percepção dos agentes do grupamento escolar; levantar dados sobre a redução dos delitos e a criminalidade no entorno das escolas municipais.

A escolha do tema desta pesquisa justifica-se pela trajetória desta acadêmica enquanto guarda municipal atuando desde 2007 neste segmento, trabalhando principalmente nas escolas municipais. Também pela importância das ações realizadas pelo Grupamento Escolar da Guarda Municipal junto à comunidade escolar de Gravataí, bem como a necessidade de entender a percepção da comunidade em relação à atuação deste grupamento na segurança de alunos e professores da rede escolar. Este Trabalho deseja mostrar que a Guarda Municipal, diferente das polícias militares, atua mais próximo da comunidade realizando um trabalho mais preventivo do que repressivo.

Sendo assim, este trabalho busca mostrar outros olhares sobre a questão da segurança pública enquanto “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, descrita na Constituição Federal de 1988, a partir do destaque dado ao caráter preventivo da atuação da Guarda Municipal nos serviços de policiamento comunitário escolar, mais conhecido na comunidade como Patrulha Escolar. Busca também destacar o papel do Grupamento Escolar na prevenção das violências no ambiente escolar, o qual favorece a sensibilização e o compartilhamento das possibilidades da gestão de conflitos com os estudantes, para que esses conhecimentos sejam interiorizados e alcancem situações cotidianas em suas casas, famílias e outras relações sociais, levando-os ao exercício consciente da cidadania, proporcionando assim novos olhares sobre o papel da Guarda Municipal na segurança dos cidadãos.

Logo se trata de evidenciar a viabilidade da atuação efetiva dos guardas municipais do Grupamento Escolar, voluntários e dedicados à questão da educação, em motivar um maior diálogo e aproximação, num caráter preventivo do policiamento comunitário escolar, baseado na elaboração de atividades socioeducacionais conjuntas, planejadas e ajustadas com certos conteúdos ou práticas pedagógicas sugeridas pelo professor, aprovadas pelos gestores escolares, no partilhar de experiências e conhecimentos específicos, conteúdos que muitas vezes não são tratados, por não haver domínio do tema por parte dos professores, como por exemplo, a legislação de trânsito, direitos humanos, proteção das mulheres, estatuto dos idosos e dos adolescentes, formação cidadã e promoção da cultura de paz, entre outros temas ligados à segurança pública, constituindo-se em um acréscimo de conhecimento ao trabalho da escola e também do Grupamento Escolar (CARVALHO A., 2016).

Desta maneira, este estudo se mostrou significativo no âmbito da segurança pública ao oferecer contribuições para a melhoria da qualidade dos serviços e à qualificação do agente da guarda a partir das percepções da comunidade escolar sobre o trabalho da Guarda Municipal,

frente ao aumento da violência conferindo-lhe voz e participação em relação às maneiras de atenuá-la, preenchendo o espaço de discussão inclusive no âmbito da Guarda. Todavia ainda torna-se importante, ao oferecer alternativas para uma atuação preventiva e orientada para o cidadão ao reconhecer a importância pedagógica do agir policial, permitindo a parceria oportunizada pelo patrulhamento comunitário, como trajeto favorável para aumentar a autoestima desse profissional e seu reconhecimento pela sociedade, fundamentais para o aperfeiçoamento de seus serviços (CARVALHO A., 2016).

Essa proposição contribui para a comunidade acadêmica no momento em que constitui uma fonte de conhecimento ainda não muito explorado, sobre o tipo de segurança executada pela Guarda Municipal, quais sejam: policiamento de proximidade, preventivo, direcionado e orientado à resolução de problemas, trazendo assim subsídios para discussões e futuras pesquisas, colaborando para o aperfeiçoamento do trabalho preventivo e atuação mais qualificada da Patrulha Escolar. Neste trabalho procuro juntar o conhecimento adquirido durante minha trajetória acadêmica no curso de Administração Pública e Social.

Para a sociedade a contribuição vem pelo benefício da proximidade da Guarda com a comunidade escolar, possibilitando a cooperação com a atual e as futuras gerações, desde a Escola como espaço criativo e de transformação social, favorável ao consenso e ao conhecimento do exercício da cidadania e dos direitos humanos, assim como ao convívio, à troca de experiências e às informações necessárias ao estabelecimento da cultura para a paz da sociedade (CARVALHO A., 2016).

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem qualitativa com foco na pesquisa exploratória. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a análise documental para registrar a história da guarda Municipal e seu grupamento, bem como para realizar o levantamento de dados dos delitos e criminalidade ocorridos no entorno das escolas. Utilizou-se uma *survey* para entender a percepção de alunos, professores e guardas participantes da Patrulha Escolar, bem como uma entrevista semiestruturada com o Comandante da Guarda Municipal. Esta coleta de dados foi realizada em quatro escolas de ensino fundamental do município, sendo que foram escolhidas de acordo com cada uma das quatro regiões de atendimento da Patrulha Escolar.

A análise dos dados coletados é apresentada através de gráficos de acordo com as respostas obtidas nos questionários considerando três dimensões quais sejam: os objetivos que a legislação dispõe sobre o papel da Patrulha Escolar; as infrações e delitos possíveis de acontecer na escola e seu entorno e; a percepção dos atores sobre a proximidade ou principais carências das escolas em relação ao patrulhamento.

Este trabalho está distribuído em seis seções a começar por esta introdução. A segunda seção traz a fundamentação teórica, apresentando o referencial teórico de Administração Pública, sua função, princípios e indicadores; sobre políticas públicas, políticas públicas na área de segurança e políticas públicas municipais. Na terceira parte um breve histórico das Guardas Municipais no Brasil e um pouco sobre o município de Gravataí e sua Guarda; também um breve relato sobre o policiamento tradicional e o comunitário. Na sequência vem o procedimento metodológico e sua fundamentação. No quinto item são analisados os resultados da pesquisa de campo e na sexta e última seção conclui-se com as considerações finais, as limitações enfrentadas e a contribuição para futuros trabalhos na área. Ainda ilustramos o trabalho com o apêndice A contendo a entrevista com o Comandante da Guarda Municipal de Gravataí e os anexos A, B e C que trazem os questionários aplicados aos alunos, professores, diretores e guardas participantes da Patrulha Escolar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresentamos o arcabouço teórico para empreender a aproximação do objeto de estudo. Sabe-se que no processo de decisão Política, socialmente construída, a política pública é entendida como a estratégia de ação para se garantir direitos estabelecidos, este é o caso da Segurança Pública. Estudar a institucionalidade, as normas que a organizam e o modo como se gere este atendimento está no nosso horizonte de estudo.

A contribuição teórica sobre análise na gestão pública, apesar dos avanços, ainda requer maiores discussões nos diferentes níveis governamentais. Para tanto, as avaliações das políticas públicas municipais representam uma necessidade. Nesta perspectiva, se buscou desenvolver uma revisão teórica de maneira que se pudesse elaborar uma proposta de análise de resultados, onde a gestão pública do município aqui analisado possa estruturar indicadores de desempenho nas suas políticas públicas.

Este percurso é iniciado pela recomposição do conceito da Administração Pública, suas funções e princípios, das políticas públicas, enquanto ações do Estado, políticas públicas, políticas públicas da área de segurança, políticas públicas municipais e sobre a avaliação de políticas.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entende-se que a Administração Pública tem por objetivo trabalhar em prol do interesse público e dos direitos dos cidadãos por ela administrados. Isto é, nela estão intrínsecas duas atividades diferentes, uma superior de planejar e a inferior de executar. Administração Pública pode ser definida, também, como um grupo de agentes, serviços e órgãos do Estado que procura atender as necessidades da sociedade, tais como saúde, educação, segurança, entre outras áreas. Ou seja, é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos (GREGORIUS, 2015).

Para Meirelles (2000, p.82), Administração Pública “é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da moral, visando ao bem comum”.

No Brasil ela é definida e delimitada pela Constituição Federal de 1988 que em seu art.37 se refere à Administração Pública. Neste item ela a diferencia, dispõe e indica que sendo direta ou indireta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e de eficiência.

Em síntese, administração pública não significa somente prestar serviço, mas dirigir, governar, exercer a vontade do povo com o objetivo de obter um resultado útil, ou seja, administrar significa traçar um programa de ação e executá-lo (DI PIETRO<sup>3</sup>, 2010 *apud* GREGORIUS, 2015).

Para poder entender melhor a Administração Pública, é preciso entender o poder do Estado. O Estado possui um poder único e indivisível, porém esse poder é exercido por meio de três funções essenciais: executiva, legislativa e jurisdicional, ou seja, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, ressaltando que o poder do Estado é indivisível. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário necessitam de interação efetiva para garantir as entregas de bens, produtos e serviços à população.

Contudo, ainda é necessário compreender qual o papel do Estado mediante as políticas públicas. Compreende-se que o modelo de Estado proclamado pela Constituição Brasileira de 1988 pode ser interpretado como de um Estado Social e Democrático de Direito. A Carta Magna além de definir novos rumos ao modelo de Estado e ao modelo de Administração no Brasil estabeleceu novos direitos e novas políticas para o Estado e a coletividade (MATTEI, 2007).

Segundo Santos (2014), o Estado precisa ter capacidade, eficiência e eficácia como requisitos indispensáveis para seu funcionamento, uma vez que são criadas barreiras pelo modo de operar as políticas públicas e não pela Política Pública. Não menos importante é desenvolver a capacidade de medir a efetividade e a relevância das ações governamentais. Isto significa que é no campo de ação que se percebe o Estado e não somente no seu arcabouço normativo. Embora se saiba que conhecer as leis e normas que regulamentam as ações governamentais não possa ser deixado de lado nem desprezado e sim deve orientar o horizonte de ação dos gestores.

---

<sup>3</sup> DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreendendo o papel do Estado como formulador de políticas públicas, entende-se que as políticas públicas são premissas deste para promover e garantir os direitos humanos e os demais direitos dos cidadãos. Segundo Bucci (2006), políticas públicas são ações governamentais direcionadas a efetivação de direitos, resultantes de processos regulados juridicamente. Para Aith (2006), a política pública é resultado da elaboração, planejamento, execução e financiamento de atividades orientadas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito e à preservação dos direitos humanos, por parte do Estado.

De outra forma, para Kerstenetzky (2015) política pública, em uma concepção mais ampla, requer uma intervenção preventiva e protetora, uma vez que a vida social em economias de mercado produz custos e necessidades sociais.

Uma política de cunho social pode ser entendida como uma ação de Governo indicado a melhorar o bem-estar ou a qualidade de vida dos cidadãos, concedendo-lhes serviços e renda. Referente a uma política pública governamental, sendo a política pública um processo sujeito a pressões e articulações políticas, Mattei afirma que:

Ela pode ser entendida como uma ação intencional de Governo, instrumentalizada pelo Estado, cujo impacto está dirigido a um segmento majoritário da população, ou como um conjunto de ações que manifestam determinada modalidade de intervenção do Estado, em relação a uma questão que seja de interesse para outros atores da sociedade civil (MATTEI, 2007).

A política pública é compreendida como a estratégia de ação e metas desejadas, num processo de decisão política, socialmente construído, conforme os interesses dos segmentos envolvidos (CARVALHO<sup>4</sup> e BATISTA, 2000 *apud* MATTEI, 2007).

É importante estabelecer uma diferenciação entre políticas de Estado e políticas de Governo. Como política de Estado se entende determinados princípios e ideias que se caracterizam por seu caráter permanente, de legitimidade junto à sociedade, à burocracia e a sua incorporação em textos legais e em instituições específicas. Subordinados a esta estrutura existem os governos, que são gestores temporários destas políticas de Estado (MATTEI, 2007).

---

<sup>4</sup> CARVALHO, Edson Ferreira; BATISTA, Vanessa. **Cidadania, crise do Estado e Reforma Constitucional**. In: Revista do Curso de Direito de Cruz Alta. V.5.2000.



Por outro lado, segundo Aith (2006) as políticas de governo podem ser entendidas como políticas pontuais, destinadas à proteção e promoção dos direitos humanos, providos de ampla flexibilização e maior peculiaridade em seus objetivos, **podendo ser mantida ou não pelo próximo governo** (grifo nosso).

Um dos problemas mais complexos da administração pública é conciliar a estrutura e a conjuntura, pois cada governo tende a dar sua própria interpretação sobre os princípios de ação do Estado, de acordo com sua inclinação política e interesses.

A dinâmica da sociedade moderna e as mudanças impostas pelo atual contexto mundial têm feito com que as instituições revejam seus papéis não desobrigando o Estado na condição de organização política e definidor da gestão pública e dos vínculos com o mercado e a sociedade. Nesse cenário a participação social torna-se fundamental para que se estabeleçam as políticas públicas, de forma que atendam as reivindicações por justiça social e igualdade de maneira efetiva.

Depois de décadas vivendo sob ditadura compreende-se o porquê da discreta participação social diante do processo de democratização do país. A extensão territorial, a diversidade, a disparidade econômica, a complexidade das relações humanas, políticas e sociais, requerem grande esforço e organização, acima do efetivo interesse político em atender as reivindicações da população por meio de debates e incentivo à participação coletiva a fim de definir as táticas de atuação, pertinente a eficácia e efetividade das políticas públicas.

As questões relacionadas à violência e à criminalidade no Brasil comprometem as atividades produtivas e relacionais da comunidade causando um forte impacto social e prejudicando as instituições como família, escola e inclusive as organizações responsáveis em retê-la. A segurança é uma demanda social que para ser efetivada requer a organização dos setores da sociedade e estruturas estatais (CARVALHO A., 2016).

O papel do Estado é essencial para o controle social por ser um problema considerável, complexo e derivado de muitas causas, o qual requer um processo continuado de ações governamentais e sociais, mecanismos jurídicos e institucionais, isto é, políticas públicas integradas. Segundo Leonardo Secchi (2013) uma política pública é uma diretriz criada para combater um problema público, ou melhor, um problema relevante para o coletivo e que seja passível de solução, podendo ser elaborada não apenas por órgãos do governo, mas também por entidades não governamentais. Todavia para Rua (2014) as políticas públicas resultam da atuação política envolvendo as resoluções e atuações relacionadas à necessária destinação de valores que abrangem bens públicos, implicando em ações estratégicas na execução das medidas adotadas.

Deste modo, se observa que estes autores não concordam em relação à exclusividade dos gestores governamentais como protagonistas das políticas, sendo que para Rua (2014) mesmo que as políticas públicas afetem o ambiente privado (mercado, religião, família), todavia não são privadas. Ainda que organizações privadas atuem em sua elaboração, esta oportunidade está apoiada em “decisões públicas tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado” (RUA, 2014, p.18).

Como não existe um consenso em relação ao conceito de política pública Secchi (2013) trabalha com a abordagem de “nós conceituais” em relação a quem é o principal personagem de sua criação, se são atores estatais ou não; orientados à ação ou à inação em relação ao problema; e quanto à estruturação da orientação, se estruturante ou funcional. Todavia, o autor diz que “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público” (SECCHI, 2013, p.5).

Quanto ao protagonismo na definição da política pública, Secchi (2013) explica que a aproximação estadista outorga exclusividade aos agentes estatais, consentindo que agentes não estatais influenciem na construção e realização, porém não na definição e controle do processo. Por outro lado, a aproximação multicêntrica aceita, além dos agentes estatais, que as organizações privadas, não governamentais redes de políticas públicas e organismos multilaterais assumam a liderança e o domínio do processo.

Ainda que o Estado seja protagonista na criação das políticas a organização jurídica instaurada pela Constituição Federal de 1988, ao indicar que a segurança seria “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” acaba por dividir esta responsabilidade com a sociedade. Diante do problema da violência e criminalidade estar se agravando, a concepção multicêntrica se torna mais adequada para atender as sucessivas necessidades por segurança, tornando possível que diferentes agentes assumam o protagonismo e assim contribuam para a resolução das demandas por apresentarem diferentes soluções (CARVALHO A., 2016).

Mesmo com o Estado privilegiando o controle social é indispensável que atores não governamental e principalmente da sociedade organizada participem na criação e realização das políticas públicas de segurança ajudando assim na resposta às súplicas da sociedade. Com isso, torna-se apropriado ressaltar a diferença entre política de governo e políticas de Estado. A política governamental se refere às medidas e ações de um grupo político em mandato eletivo, ao passo que a política de Estado independe do ciclo eleitoral, é feita para um prazo além do mandato de um governo e é focada no interesse geral da população (SECCHI, 2013, p.5).

Portanto, pela sua complexidade, o combate à violência e criminalidade demanda não apenas políticas de segurança pública de governo, mas também a integração e continuidade de outras políticas que ajudem na resolução das diferentes causas da violência, como por exemplo, “a reforma educacional, a política nacional de empregos ou de distribuição de renda, que compromete o êxito dos esforços empreendidos e a efetividade das políticas de segurança pública” (CARVALHO A., 2016, p.23).

A implementação de uma política pública, seja qual for sua natureza, é bastante complexa por que envolve novas decisões necessárias para sua efetivação. Segundo Secchi (2013) citando Sabatier<sup>5</sup> (1986) existem praticamente dois tipos de implementação de políticas públicas, as quais são: o modelo *top-down* (de cima para baixo) o qual faz uma clara separação entre “o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas”, e o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) definido pela “maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas” (SABATIER, 1986 *apud* SECCHI, 2013, p.60-61).

No modelo *top-down* os políticos elaboram, determinam e comandam os servidores da administração pública que executam as suas decisões, estabelecendo a política. Já o modelo *bottom-up* sugere que a política seja estabelecida desde a base, das assimilações das demandas e das experimentações de resposta aos problemas elaborados pelos servidores de escalões inferiores da administração. “As práticas estabelecidas a partir da base seriam institucionalizadas nos níveis superiores, consolidando-se como política pública” (RUA, 2014, p.122).

Existem alguns aspectos que dificultam a solução do problema público e comprometem o êxito da política elaborada, dentre os quais Rua (2014) ressalta a fragmentação, a não continuidade de uma administração, a interrupção das ações de uma política devido à “competição interburocrática” com seu constante abandono ou substituição por procedimentos às vezes contrários àqueles adotados inicialmente.

Com isso, se percebe que muitos dos fatos temerários da política pública possuem raízes históricas, reflexos da arbitrariedade e centralidade da nossa formação como nação, e também das heranças do passado autoritário, o que revela a falta de ligação entre a oferta e a demanda das políticas o que resulta em desperdícios, decepção social, descrédito no governo, ceticismo e obstáculos à total participação dos atores sociais (RUA, 2014).

---

<sup>5</sup> SABATIER, P.A. **Top-down and Bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis.** Journal of Public Policy, v.6,n.1,p.21-48, 1986.

A participação social é um dos assuntos mais frequentes nos diagnósticos dos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas, consistindo numa das maneiras mais claras de dividi-las em mais ou menos participativas, uma vez que acontece em diferentes momentos do ciclo das políticas públicas, de modo restrito ou ampliado, sendo os conselhos gestores, os métodos de planejamento participativo e as audiências públicas, os procedimentos mais usuais de expansão da participação cidadã (SECCHI, 2014, p.142).

Desse modo, se constata a dificuldade que cerca a efetividade das políticas públicas e, conseqüentemente as políticas de segurança pública. Ressalta-se como fundamental a atuação da sociedade em conjunto com o Estado, como forma de garantir a participação da sociedade no compartilhamento das responsabilidades em relação à segurança, na proposta e êxito das políticas integradas e constantes que resolvam as necessidades da sociedade, diante do fracasso das velhas políticas no controle da criminalidade e violência (CARVALHO A., 2016).

Assim, na sequência se aborda as políticas públicas na área de segurança pública, a fim de melhorar o entendimento dos aspectos que influenciam na solução do problema da violência e vandalismo nas escolas de Gravataí.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quando se trata da área de segurança as políticas públicas se tornam bastante complexas e difíceis de serem estabelecidas. Os mecanismos de enfrentamento à violência, implementados pelo poder público, não têm sido suficientes tampouco eficientes na contenção ou até mesmo na redução da criminalidade no país.

No Brasil, o reestabelecimento da sociedade e do Estado democrático, mesmo após muitos anos sob-regime autoritário, não obteve sucesso em conter a vontade das agências encarregadas de controlar a ordem pública, uma vez que mesmo possuindo padrões de crescimento violento da criminalidade urbana, não apresenta diferenças significativas nas políticas de segurança e justiça criminal atuais em relação às praticadas anteriormente (ADORNO<sup>6</sup>, 1996 *apud* CARVALHO A., 2016).

---

<sup>6</sup> ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea.** 1996. 282 p.

Vestígios de um passado arbitrário ainda criam barreiras às mudanças rumo ao “Estado Democrático de Direito”, seja pela classe política, pelos grupos que controlam a ordem pública, ou pelos vários elementos da sociedade constituída. As práticas realizadas até o momento não demonstram evolução alguma no domínio da violência e criminalidade o que acaba por desestimular a participação social em razão de não acreditarem e também desconfiarem que as autoridades realmente priorizem o interesse coletivo em detrimento do particular, o que acaba não favorecendo a instituição de políticas públicas eficientes em relação à segurança pública (CARVALHO e SILVA, 2011).

Enquanto método estruturado, a política de segurança pública envolve considerável dificuldade, necessitando aproximação entre as muitas esferas do governo e os três poderes da República, também o envolvimento de não poucas instituições e indivíduos, em um composto de ações públicas que preservem tanto a segurança do indivíduo quanto do coletivo (CARVALHO e SILVA, 2011). Ainda segundo os autores:

Estado e sociedade devem exercer papéis cruciais na definição de estratégias políticas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Neste embate, os interesses e as contradições, inerentes à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política (CARVALHO e SILVA, 2011, p.61).

Portanto, a política pública pode ser entendida como uma tática de conduta, estudada, concebida e ponderada, pautada numa lógica coletiva em que tanto o Estado como a sociedade em geral atuam efetivamente (CARVALHO A., 2016).

Contudo, no Brasil as políticas de segurança são feitas apenas para amenizar as crises nesta área, tornando as políticas sem consistência, com curta duração e sem se comunicar com outras políticas (CARVALHO e SILVA, 2011). Deve-se levar em consideração que no Brasil, até a década de 1990, a responsabilidade pela segurança pública ficava a cargo dos estados por meio de suas estruturas policiais.

Quanto a isso Kahn e Zanetic asseguram:

Até recentemente o problema da segurança pública era compreendido como algo que diz respeito apenas ao governo estadual e, dentro dele especificamente aos órgãos do sistema de justiça criminal: polícia, ministério público, judiciário e administração prisional.

O maior argumento para o não envolvimento na questão da segurança era o de que o artigo 144 da Constituição atribui ao governo Estadual a responsabilidade pelas polícias civis e militares. Assim, nesta concepção limitada de segurança, não haveria muito mais o que fazer nas esferas federal e municipal. O envolvimento federal nas questões de segurança resumia-se às ações da Polícia Federal, ao controle de algumas atividades – armas, empresas de segurança privada, etc – bem como a

elaboração de Projetos de Lei no âmbito criminal e penal. No âmbito municipal, algumas poucas prefeituras mantinham Guardas Civas para a vigilância dos prédios municipais enquanto outras ajudavam de forma espasmódica as polícias estaduais, contribuindo com combustível, equipamentos ou empréstimo de imóveis (KAHN e ZANETIC, 2009, p.83).

Entretanto, a partir de 1990 houve uma tendência de crescimento na questão da segurança pública, não somente do ponto de vista conceitual, mas também administrativo, uma vez que os problemas que eram de exclusividade policial passaram a ser de questão multidisciplinar, envolvendo diversas áreas administrativas. Esta evolução aconteceu após a Constituição de 1988, que “apesar da tendência municipalista” em vários outros setores, não mudou em nada o papel da Federação e dos Municípios em relação à segurança (KAHN e ZANETIC, 2009).

Esse processo evolutivo federal (demonstrado no Quadro 1) se deu por meio da criação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) em 1995, transformada em Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 1997; da elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) em 2000, no qual veio atrelado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em 2003; do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007; do Plano Brasil Mais Seguro (PBMS) em 2012; do Plano Nacional para Redução de Homicídios (PNRH), em 2015; do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) em 2017 e por fim em 2018 foi criado o Ministério da Segurança Pública (MSP) e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) (BRASIL, 2018).

**Quadro 1-Evolução dos Planos de Segurança do Governo Federal.**

<b>Ano</b>	<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>
1995	SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Seg. Pública
1997	SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
2000	PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
2000	FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
2003	SUSP	Sistema único de Segurança Pública
2007	PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
2012	PBMS	Plano Brasil Mais Seguro
2015	PNRH	Plano Nacional de Redução de Homicídios
2017	PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
2018	MSP	Ministério da Segurança Pública
2018	PNSPDS	Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que do ano 2000 até 2018 o governo federal criou pelo menos cinco planos de segurança pública:

- ✓ O PNSP em 2000, que tinha como objetivo articular ações de repressão e prevenção da criminalidade. O plano continha quinze compromissos que se desmembravam em cento e vinte e quatro ações que envolviam temas como crime organizado, controle de armas, capacitação profissional e reaparelhamento das polícias. Este plano não obteve sucesso, porque era muito ousado nos objetivos, porém impreciso nas ações;
- ✓ Em 2007 veio o PRONASCI, que trouxe a inovação de financiar, não apenas ações das polícias e algumas guardas, como havia sido o PNSP, mas permitiu financiar ações de outras instituições estaduais e municipais, sempre que tivessem relação com áreas de prevenção à violência. Isso representou um grande aporte de recursos, bem superior ao que o FNSP havia disponibilizado anteriormente. O PRONASCI deixou de usar a avaliação do comitê para a liberação das verbas das transferências, com isso, perdeu em termos de discussão coletiva e enfraqueceu o FNSP enquanto meio de incentivo de políticas nos estados e municípios;
- ✓ Em 2012 veio o PBMS, que tinha como objetivo geral a redução da criminalidade violenta no País. Possuía “ações voltadas ao enfrentamento à impunidade, ao aumento da sensação de segurança, ao controle de armas e ao combate a grupos de extermínio”;
- ✓ Em 2015 surge o PNRH que previa ações direcionadas para áreas com maior concentração de homicídios, integração de outras políticas públicas, mobilização e participação social e articulação com entes federados;
- ✓ Em 2017 surge outro PNSP, desta vez tendo como objetivos “a redução de homicídios dolosos e feminicídios, a redução da violência contra a mulher, a racionalização e modernização do sistema penitenciário e o combate integrado à criminalidade organizada transnacional” (BRASIL, 2018).

Quando comparados os planos entre si, observa-se que somente os planos de 2000 e 2007 tiveram a previsão de financiamento e indução das ações. Justamente por isso, foram os únicos que constituíram metas e indicadores, precaução importante para o monitoramento da política (BRASIL, 2018).

O Fundo Nacional de Segurança Pública disponibilizava verbas não apenas para as polícias estaduais, mas também para os municípios que possuíam Guarda Municipal e que solicitassem esses recursos através de projetos de segurança. Isto demonstra que o governo federal passou a considerar a atuação das Guardas Municipais como legítimas (KAHN e ZANETIC, 2009).

Com isso, os municípios passaram a se envolver de forma mais efetiva na área da segurança, por meio da criação ou ampliação das Guardas Municipais, na criação de Secretarias de Segurança e Planos municipais de Segurança, que também seriam exigência da União para receberem as verbas. Muitos municípios passaram a investir em programas sociais de caráter preventivo, especialmente direcionado às questões da violência e criminalidade, considerando a capacidade preventiva das políticas públicas municipais. Esse crescimento da participação dos municípios na segurança acontece ao mesmo tempo em que na literatura internacional estão surgindo teorias como, “janelas quebradas” e policiamento comunitário orientado ao problema, ambas indicando para a solução de problemas criminais, a utilização de outros recursos, além dos exclusivamente policiais (KAHN e ZANETIC, 2009). Para os autores é fato que nas últimas décadas:

Tanto o governo federal como os municipais passaram a atuar de forma mais intensa na esfera da segurança, reconhecendo a relevância da problemática para a população e que para equacioná-la são necessários mais do que novas armas e viaturas para as polícias estaduais ou o endurecimento penal (KAHN e ZANETIC, 2009, p.84).

Com a criação do PRONASCI em 2007 o governo federal propôs que os municípios também se tornassem responsáveis pela segurança pública, envolvendo-os no esforço de qualificar o controle das políticas públicas de combate à criminalidade e à violência (SILVA R., 2009).

Portanto, a fim de entender como se constroem as políticas no âmbito municipal, na sequência se apresenta um pouco sobre as políticas públicas municipais.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A Carta Magna de 1988 definiu que os municípios seriam, a partir dali, entidades autônomas sendo equiparados à União e aos estados. Os municípios receberam a



responsabilidade de aumentarem sua atuação nas políticas públicas sociais, tais como: educação, saúde, assistência social e de forma um tanto tímida a segurança pública (ANDRADE e SANTOS, 2015).

Além de ser um direito fundamental garantido pela constituição brasileira, a segurança é uma relevante política pública, que se torna cada vez mais importante em virtude da insegurança enfrentada pela sociedade brasileira, retratada em indicadores internacionais que apontam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo (CORRALO e ZANOTTO, 2016).

Contudo, durante muito tempo os municípios foram excluídos dos debates nacional e estadual em relação à segurança pública, talvez pelo modelo de policiamento adotado no Brasil ou pelas limitações colocadas pela constituição.

A partir dos planos e programas nacionais de segurança, principalmente do PRONASCI, os municípios passaram a receber investimentos do governo federal na área de segurança pública e com isso também passaram a pensar segurança de uma forma diferente daquela praticada no Brasil até então.

Por volta de 2008, motivados pelo PRONASCI, os municípios passaram a trabalhar de forma integrada com todos os entes políticos atuantes localmente, que de alguma forma eram responsáveis pela segurança, e também com a sociedade (CORRALO e ZANOTTO, 2016).

Os municípios aderiam ao PRONASCI por meio de um convênio assinado com o governo federal, no qual se comprometiam em criar alguns órgãos como os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) e os conselhos municipais em troca de receberem verbas para estruturarem suas Guardas e outros entes do município envolvidos com a segurança. Assim, cada município organizou e ampliou seu trabalho de forma independente, impedindo a realização de análises globais, levando em conta que existem mais de 5000 municípios.

O município de Gravataí, objeto deste trabalho, aderiu ao PRONASCI em 2007 por meio do Convênio de Cooperação Federativa 13/2007, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça e o município, visando promover a institucionalização do Programa como um instrumento de prevenção em segurança pública tendo como objetivo principal o enfrentamento à criminalidade e à violência nas suas raízes sociais e culturais visando reduzir de forma significativa às altas taxas de criminalidade no país (BRASIL, 2007).

Neste Convênio de Cooperação o município de Gravataí comprometeu-se em executar diversas ações estabelecidas para que pudesse receber aporte financeiro do governo federal. Entre as quais se destacam as seguintes:

- a) instalação com garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M;
- b) elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Pública;
- c) formação continuada dos guardas municipais;
- d) estruturação e implementação do Conselho Municipal de Segurança Pública;
- e) garantia através de medidas de urbanização e recuperação de equipamentos os chamados “espaços públicos seguros”;
- f) promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, orientação sexual e diversidades culturais;
- g) mobilização dos mecanismos de comunicação e informação para incentivo à participação social e divulgação do Programa.

A partir deste convênio o município aderiu a outros quatro convênios, sendo o 150/2008 para implantação do sistema de videomonitoramento; o 702611/2008 que tinha como objetivo a criação de dois núcleos de esporte recreativo e de lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), para atendimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, incluídas pessoas com deficiências; o convênio 067/2009 que tinha como objetivo a cooperação dos partícipes na seleção e capacitação de mulheres para atuação nas comunidades que constituíssem áreas conflagradas, com o intuito de construir e fortalecer as redes sociais de prevenção e enfrentamento à violência; e por último o convênio 074/2009 que tinha como objetivo executar o projeto PROTEJO que contemplava jovens de quinze a vinte e quatro anos de idade, egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas socioeducativas, expostos a situação de violência doméstica, urbana ou em situação de rua conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Embora estes convênios tenham sido assinados entre 2007 e 2009 eles foram realmente executados a partir de 2010, sendo que todos tinham a duração de um ano depois de iniciados e após este período deveriam ser continuados com verba própria do município. Com isso, apenas permaneceu em funcionamento no município o convênio 150/2008, os demais foram extintos após o término do aporte financeiro do governo federal.

O município realizou a devida prestação de contas destes convênios ao governo federal em 2013, contudo, no Brasil em geral há uma ausência de informações e transparência

dos governos municipais em mostrar como está se desenvolvendo uma determinada política, seja de segurança, de educação, de saúde ou outra política qualquer. Com isso, faz-se necessário realizar a análise das políticas públicas de segurança estabelecidas no município de Gravataí a fim de entender seu funcionamento e se realmente está sendo efetiva em seus propósitos, em sua organização e avaliação de suas políticas.

#### **2.4.1 Avaliação de Políticas Públicas**

A análise de políticas públicas possui algumas funções, entre as quais se encontra a de avaliação que segundo Secchi (2013, p.63), “é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implantação e o desempenho da política pública são examinados a fim de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”.

Para Arretche (2001), a avaliação de políticas públicas deve considerar os objetivos e estratégias de implementação que foram definidas por seus formuladores, porque não faria sentido avaliar uma política com critérios diferentes daqueles estabelecidos por seus formuladores.

Conforme Belloni, Magalhães e Souza (2007) a avaliação de políticas públicas tem por objetivo entender seus aspectos positivos, mostrar seus erros e carências, com o intuito de aperfeiçoar-se ou buscar uma reestruturação. Com isso, a avaliação tem dois objetivos, o de *autoconhecimento* e de *formulação de subsídios* para as deliberações institucionais, a fim de aperfeiçoar a política implantada e materializar os objetivos da sociedade (BELLONI, MAGALHÃES e SOUZA, 2007).

A avaliação integra-se ao ciclo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais resultantes da intervenção pública. Para Draibe (2001, p.17) “teoricamente, pode-se avaliar tudo, desde a mais restrita até a mais abrangente das políticas, contanto que se disponha dos recursos intelectuais, materiais e metodológicos para fazê-lo”. A associação entre a política pública a ser avaliada e a própria avaliação possibilita fazer uma diferenciação entre dois grupos: avaliações *ex ante* e avaliações *ex post* (DRAIBE, 2001).

As avaliações realizadas após a implantação de um programa denominada *ex post* têm como objetivo trabalhar com resultados e métodos, ou seja, analisa o êxito do programa. Conforme Secchi (2013), para se obter os resultados de determinada política pública é

necessário utilizar indicadores, que são aqueles que mostram os efeitos desta política sobre a população beneficiada. Estes indicadores podem ser obtidos por meio de médias ou percentuais de satisfação dos cidadãos usuários de determinada política pública (SECCHI, 2013).

Para Caravantes (1996, p.202) a avaliação na Administração Pública “é um processo de produção de informações sobre os valores dos resultados da implementação de políticas e programas públicos, e consiste em um exame crítico dos valores explícitos de uma política, para saber se continuam congruentes com os objetivos previstos”.

Na administração existem três tipos de indicadores consagrados: A eficácia, a eficiência e a efetividade. A eficácia que se refere ao alcance dos resultados, a “eficiência que se refere ao cumprimento de normas e procedimentos interno e sobre tudo a redução de custos” (CARAVANTES, 1996, p.211). A efetividade é uma avaliação prática que tem relação com os valores da percepção dos beneficiários sobre os efeitos da política pública (CARAVANTES, 1996).

A efetividade é essencialmente uma medida externa a organização pública e é avaliada pelas informações de impacto aos entes envolvidos na implementação e aos seus beneficiários. Seus resultados podem apontar para correções nos objetivos da política pública se os seus beneficiários não a perceberem ou apontar para mudanças organizacionais e de processos administrativos (BITTENCOURT, 2007).

Entende-se por efetividade social a capacidade da política afetar o meio em que se realiza, em especial a rede de articulações e parcerias específicas que facilitam sua execução. “O conceito remete aos níveis de adesão e satisfação dos agentes implementadores e da população-alvo”. Os indicadores sugeridos são os que estimam os graus de confiança, as redes sociais, os graus de apoios, os níveis de satisfação dos agentes implementadores, dos usuários e de grupos de interesse (BITTENCOURT, 2007, p. 55).

Nesta perspectiva, se buscou desenvolver uma revisão teórica de maneira que se pudesse elaborar uma proposta de análise de resultados, onde a gestão pública do município aqui analisado possa estruturar indicadores de efetividade social nas suas políticas públicas.

### **3 BREVE HISTÓRICO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO BRASIL**

Nesta seção do trabalho faço uma aproximação ao objeto de estudo, quais sejam as Guardas Municipais no Brasil, trazendo um breve histórico, bem como sua criação no município estudado.

A segurança pública sempre preocupou as autoridades brasileiras, desde o descobrimento do Brasil se via a necessidade de criar grupos que pudessem proteger o território e a população de possíveis invasões e crimes. Com isso, foram criadas diversas forças policiais, com variados nomes e atribuições, a fim de suprir esta necessidade. Entre tantos grupos criados estão os Corpos de Guardas municipais, que foram instituídos em 14 de junho de 1831 pela então Regência Provisória do Brasil mediante decreto imperial. Com isso, foram organizados nos diversos distritos os corpos de guardas municipais, sendo divididos em esquadras (CARVALHO C., 2011).

Contudo, tendo a Guarda Real de Polícia se insurgido contra a regência em 14 de julho de 1831, as guardas foram extintas no dia 17 do citado mês. Porém, para manter a ordem pública nas províncias em 10 de outubro deste mesmo ano, foram novamente organizados os Corpos de Guardas Municipais no Rio de Janeiro e nas demais províncias (CARVALHO C., 2011).

Em 1842, no dia 1º de julho, foi criado o Regulamento Geral nº 191, o qual padronizou uniformes, patentes e forma de atuação das Guardas Municipais Permanentes. A partir deste ano as Guardas Municipais passaram a atuar nas mais diversas frentes, sendo que contribuíram também com as tropas de voluntários da pátria na guerra contra o Paraguai de 1864 a 1870 (CARVALHO C., 2011).

Em outubro de 1889, a Guarda Municipal mais militarizada, tornou-se conhecida como corpo policial militar quando passou a assumir funções de defesa da soberania nacional compondo a força auxiliar do exército de 1ª linha. Neste mesmo ano, mais precisamente no dia 15 de novembro, o corpo policial militar (Guarda Municipal do Rio de Janeiro) destacou-se no apoio ao Marechal Floriano Peixoto no advento da Proclamação da República do Brasil, quando enviou uma tropa para guarnecer a Praça da Aclamação, onde estavam reunidos os republicanos, a fim de garantir os anseios da população (CARVALHO C., 2011).

As guardas municipais existentes naquela época continuaram a atuar em diversas frentes na segurança dos municípios até 1936, quando surgiu o Estado Novo que trouxe consigo a perda de autonomia dos estados e municípios, ou seja, as forças públicas e Guardas

Municipais, perderam espaço para as Forças Armadas, em especial o Exército (CARVALHO C., 2011).

Mas foi a partir do decreto nº 667<sup>7</sup> de 02 de julho 1969 que os municípios viram-se obrigados a retirar as suas Guardas dos serviços desenvolvidos na área de segurança pública e passaram a criar novas funções para os agentes municipais, entre outras a função de zelar somente pelo patrimônio municipal, sendo que a partir deste momento alguns municípios passaram a mudar o nome de suas instituições, para Guarda Civil Metropolitana, o que em muitos municípios prevalece até hoje (CARVALHO C., 2011).

Este decreto garantiu às polícias militares a missão Constitucional de Manutenção da Ordem Pública, atribuindo-lhes exclusividade no planejamento e execução do policiamento ostensivo, bem como extinguiu outras polícias tais como: Guarda Civil, Guardas Rodoviários do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Guardas Noturnos e Corpo de Fiscais do Departamento de Estradas e Transporte (DET) (CARVALHO C., 2011).

Com o fim do regime militar e o aumento da violência nos municípios, cogita-se o retorno das Guardas Municipais nas grandes cidades e regiões metropolitanas. Contudo, a autonomia dos municípios somente se consolidou quando o município foi incluído no capítulo III da Constituição Federal de 1988, que facultou em seu artigo 144 §8º a possibilidade de criarem novamente as Guardas Municipais com o intuito da proteção de seus bens, serviços e instalações (CARVALHO C., 2011).

As guardas municipais foram criadas num cenário onde se buscava opções e respostas para questões sociais difíceis de serem resolvidas, questões essas quase sempre ligadas ao aumento da criminalidade e da violência. As Guardas com suas diferentes formações e organização representaram um esforço de mudança em relação às políticas de segurança (BRETAS e MORAIS, 2009).

### 3.1 GRAVATAÍ E SUA GUARDA MUNICIPAL

Gravataí nasceu às margens de um rio cujo nome tem origem numa espécie de bromélia conhecida como gravatá que em Tupi-Guarani é Gravatahy que significa Rio (Y) dos gravatás. Fundada oficialmente em 1763, tornou-se distrito de Porto Alegre em 1795 e foi

---

<sup>7</sup> Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

emancipada em 1880. O município desenvolveu-se inicialmente com o cultivo e exportação de mandioca, porém sua vocação industrial viria nas décadas de 60 e 70 com a instalação das primeiras indústrias e a criação do Distrito Industrial e construção da BR290 (*Free-Way*). Contudo a maior conquista do município certamente foi a instalação do complexo industrial General Motors em 1997 (PREFEITURA DE GRAVATAÍ, 2018).

A Prefeitura de Gravataí está estruturada em dezessete secretarias e duas autarquias, sendo que, todas estão subordinadas ao prefeito, cujas práticas de gestão obedecem à lei orgânica do município respeitando os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual. Entre estas secretarias está a Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública (SMASP), cuja estrutura parte de um secretário que tem como subordinados os departamentos administrativo, financeiro e Guarda Municipal, esta contando com agentes preparados para atuar na área de 463,499 Km<sup>2</sup> do município (PREFEITURA DE GRAVATAÍ, 2018).

A Guarda Municipal de Gravataí foi instituída por meio da Lei nº 1.066 de 07 de setembro de 1996, vinculada a Secretaria de Administração do município, sendo fundada como uma corporação de natureza civil, uniformizada e armada, à qual cabe a proteção e vigilância dos bens, serviços e instalações do município, no âmbito da administração pública direta, indireta e fundacional, assim como a colaboração com as polícias civil e militar do Estado, para políticas de segurança pública e trânsito (LEI 1.066, 1996).

A partir da criação da Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública em 30 de dezembro de 2002 por meio da Lei nº 1.870, a diretoria da Guarda Municipal foi transferida da estrutura organizacional anterior para a nova secretaria (LEI 1.870, 2002).

Com a edição da Lei municipal 2.750, em 27 de dezembro de 2007, conhecida como o Estatuto da Guarda Municipal de Gravataí, foram estabelecidos diversos regramentos e também o aumento da complexidade das atribuições da Guarda Municipal, assim como a ampliação do rol de atividades e de atribuições desempenhadas pelo servidor, sendo exigido assim como novo requisito para ingresso ao cargo público de Guarda Municipal o ensino médio, diferente do que fora exigido para o ingresso da primeira turma que foi o ensino fundamental (SILVA L., 2013).

A partir da Lei 2.750, foi criado o Estatuto de Funcionamento e Organização da Guarda Municipal, que entre outras providências, criou as coordenadorias, sendo que cada uma destas coordenadorias tem competência para determinada ação dentro da corporação. Sendo assim, a Guarda Municipal estrutura-se da seguinte forma:

I- Coordenação Superior (Secretário);

II- Coordenadoria Geral (Comando da Guarda);

III- Coordenadoria de Operações (Subcomando);

IV- Coordenadoria Urbana e;

V- Coordenadoria Comunitária.

Até o início de 2016 as escolas contavam com guardas 24 horas por dia, contudo com a reestruturação da Guarda Municipal estes guardas foram retirados do pátio das escolas para atuarem em patrulhamentos motorizados pela cidade, todavia antes destes guardas saírem das escolas a Secretaria de Educação abriu um concurso para admissão de Vigias Escolares para substituição dos guardas, com isso estes vigias tiveram uma formação de 80 horas aula sobre diversos temas que envolvem a escola e a segurança pública e a partir desta formação assumiram a vigilância interna das escolas do município, proporcionando com que a Guarda Municipal atuasse mais no entorno das escolas e outros prédios e bens públicos.

Isso vem de encontro com a fala do Comandante da Guarda Municipal, o Oficial GM Souza Luiz, que disse em entrevista:

Quando o Guarda Municipal saiu da escola foram formadas as patrulhas escolares que dão este aporte no entorno e que trabalham em conjunto com o vigia, que agora está dentro do pátio da escola, então conseqüentemente passou a inibir o indivíduo que tentava entrar pelos fundos da escola, porque a Patrulha está no entorno, ela faz o entorno (informação verbal)<sup>8</sup>.

Atualmente a Guarda Municipal de Gravataí conta com um efetivo de 234 servidores, sendo quatorze mulheres e duzentos e vinte homens, distribuídos entre os Grupamentos de Operações Urbanas (GOU), de Operações com Cães (GOC) e Grupamento Ambiental (GAM), conduzidos pela Coordenação Urbana, Grupamento Escolar, Grupamento Comunitário e Grupamento Patrimonial, comandados pela Coordenadoria Comunitária e os que exercem as funções administrativas, subordinados diretamente ao Secretário. O efetivo operacional, ou seja, os Grupamentos atuam em turnos de 12x36, isto é, 12 horas de trabalho ininterrupto por 36 horas de descanso, e o administrativo no 5x2, que corresponde ao trabalho de cinco dias, de segunda a sexta, das 9 às 18 horas, com descanso no sábado e domingo. Excetuando o setor administrativo da Secretaria de Segurança os demais serviços da Guarda Municipal funcionam 24 horas por dia, inclusive em domingos e feriados.

Destes Grupamentos atuantes no município, o que nos interessa para este trabalho é o Grupamento Escolar, o qual atua no Patrulhamento Escolar com um efetivo de dezesseis

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Rogério de Souza Luiz, Comandante da Guarda Municipal de Gravataí [maio,2019]. Entrevistador: Valéria Inês Daitx Silveira. Gravataí, 2019. Arquivo .mp3 (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice A desta monografia.



guardas em quatro viaturas em quatro turnos de trabalho distribuídos entre as quatro regiões na qual é dividido o município, a fim de facilitar a cobertura de todo o território, sendo que para cada região é designado uma Ronda.

O Grupamento também conta com um coordenador e sete agentes designados para os projetos sociais, os quais até o início de 2018 realizavam palestras educativas e preventivas de forma contínua nas escolas. Atualmente por falta de efetivo estas palestras não estão sendo executadas, conforme previsto inicialmente, porém de acordo com a demanda das escolas, ou seja, conforme a necessidade a direção da escola formaliza junto ao comando da Guarda uma solicitação de palestra, escolhe o tema e uma equipe se desloca até a escola no dia e hora marcados.

### 3.2 DO POLICIAMENTO TRADICIONAL AO COMUNITÁRIO

O Estado Democrático de Direito no Brasil institucionalizado pela Constituição Federal de 1988, trouxe uma nova estrutura administrativa e organizacional para os organismos responsáveis pela segurança pública, tendo como regra o benefício das liberdades, possibilitando que o aparelhamento da polícia pelo Estado e as políticas públicas sirvam a comunidade, observando os direitos coletivos e individuais e garantindo a paz social, sem requerer unicamente uma polícia de controle, porém uma polícia comunitária e cidadã (CARVALHO A., 2016).

A estrutura operacional e administrativa legada pelo militarismo trouxe consigo elementos da hierarquia e da disciplina organizados de forma verticalizada, inflexível e monopolizadora. Suas ações são predominantemente reativas e repressivas, ou seja, respondem conforme são acionados e reagem através de averiguações e revistas de possíveis suspeitos, com o intuito de identificar e prender culpados, tentando reprimir desvios de comportamento e impor a ordem em uma concepção totalmente punitiva, não existe uma relação de aproximação com a comunidade, tampouco preocupação com as questões sociais (CARVALHO A., 2016).

Considerando-se o curto período desde a última Constituição vigente no País diante da dificuldade nas relações jurídicas e histórico-sociais que se adaptam ao novo momento democrático, nos últimos trinta anos, o modelo de policiamento tradicional praticado pelas polícias militares, instituídas em constituições anteriores a de 1988, pretendia manter o

controle social forçado de fora para dentro, não considerando as pressões sociais e seus anseios (CARVALHO A., 2016).

O Brasil por muitos anos, ao longo de sua história e desenvolvimento, apenas se adequou aos modelos tradicionais de segurança pública. Durante muitos anos de policiamento tradicional, o emprego da força, a intensa preocupação com incidentes, a forma bruta e sem diálogo, a repressividade e a resolução de crimes eram tidos como fundamental para proporcionar segurança à população. Em suma, os agentes de segurança tinham como preocupação principal em seus serviços o pronto tempo de resposta às demandas que eram lhes apresentada e não em fazer um trabalho preventivo (PEGORINI e MONTEIRO, 2017).

Contudo, após a “Constituição Cidadã” de 1988, se começou a pensar segurança de uma forma diferente e algumas experiências vivenciadas em outros países passaram a ser consideradas, fazendo com que especialistas na área de segurança percebessem que a melhor maneira de acabar com o crime é através do novo conceito de polícia denominado de Polícia Comunitária (BOHN, 2016). Para este autor:

A polícia entrou na agenda política de muitos governantes, tanto no âmbito internacional como também nacional. Diante da falência do policiamento tradicional e das constantes práticas violentas e autoritárias. Tornou-se pauta de discussões acadêmicas, debates políticos e da população. Para se encontrar soluções e modificações nas suas práticas (BOHN, 2016).

Constatou-se, com o aumento da criminalidade em diversos países, que o modelo de policiamento tradicional não estava conseguindo reduzir as taxas de criminalidade. Observou-se que as velhas práticas de policiamento e a política de mais viaturas, policiais nas ruas, mais repressão, se mostraram ineficazes em inibir o crime, colaborando apenas para aumentar a descrença dos cidadãos com relação à polícia (BOHN, 2016).

Para Bohn (2016) a proposta do policiamento comunitário veio justamente para integrar a população e a polícia, “com o objetivo de romper o distanciamento entre polícia e a sociedade bem como a hostilidade que existe neste relacionamento”. O policiamento comunitário desponta como uma “nova filosofia de trabalho e de atuação das polícias”. Surge como oposição ao policiamento tradicional, orientada a resolução de problemas. A polícia comunitária convoca a comunidade a participar de forma a dividir responsabilidades em parceria com a polícia na elaboração de políticas de segurança (BOHN, 2016, p.6).

Em diversos países do mundo o policiamento comunitário tem sido implantado como uma polícia cidadã em oposição ao modelo tradicional, objetivando a aproximação entre

polícia e cidadão, afim de que juntos possam solucionar as demandas locais de sua comunidade.

A seguir se apresenta o Grupamento Escolar da Guarda Municipal de Gravataí como uma extensão do policiamento comunitário da Guarda voltado às entidades de ensino, seu público e entorno, diante do crescimento da violência e da criminalidade, que muitas vezes ocupa ou até mesmo entra pela porta da frente da instituição, tornando a questão da segurança na escola ainda mais complicada.

### **3.2.1 O Grupamento Escolar da Guarda Municipal**

O Grupamento Escolar da Guarda Municipal foi criado pela Lei municipal 2.750 de 2007 tendo como objetivo operar em parceria com a comunidade escolar a fim de identificar, priorizar, e resolver possíveis conflitos. Contudo, este grupamento somente iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2016, quando a Guarda Municipal foi reestruturada, a fim de seguir as normativas indicadas na lei para sua organização.

Tendo em vista o amplo conhecimento e a visão estratégica sobre o assunto, e com o intuito de proporcionar maior segurança para alunos, professores, diretores e demais funcionários, além de cuidar do patrimônio das escolas e outros prédios públicos, a Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública (SMASP), o comando da Guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Educação (SMED), firmaram um Termo de Cooperação Técnica, no qual a SMED cedeu quatro viaturas. Com isso, o Grupamento Escolar passou a atuar fazendo patrulhamento nas EMEFs (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e EMEIs (Escola Municipal de Educação Infantil) do município como atribuição e planejamento e nas demais escolas atuantes no município com atendimento pontual, quando solicitado.

Considerando que a violência não escolhe nível social, desde o mais pobre ao mais abastado, todos estão expostos à violência que está presente no nosso cotidiano. Com isso, uma das instituições que mais sofre com esta violência são as escolas. Pode-se determinar que na maioria das vezes, depois da família, a escola é uma das principais entidades que acolhe a criança. É nela que se consolidam as amizades, a vida em grupo, surgem as virtudes, os talentos, criam-se brincadeiras, conhecem seus deveres e direitos. Em contrapartida, surgem também as desavenças e inimizades, além do vandalismo ao patrimônio público, a violência, a discriminação sem contar o contato com as drogas (NETO, 2010).

Diante do aumento da violência e vandalismo nas escolas de Gravataí, em 2016 surgiu a oportunidade de colocar em prática o Patrulhamento Escolar, conforme mencionado anteriormente, tendo como objetivo, prevenir a violência, a criminalidade e a prática de ato infracional que venha a ser cometido por ou contra crianças ou adolescentes, através da integração dos agentes e demais envolvidos com o propósito de aprimorar a educação e a segurança, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar. Segundo o Comandante Souza Luiz:

A Patrulha Escolar atua de forma preventiva no entorno das escolas, a gente poderia observar em outro momento o problema não está dentro da escola, o delito não está dentro da escola, ele está no entorno da escola e tenta entrar na escola, então quando o Guarda, que é um servidor, que tem uma expertise diferente, porque ele precisa ser submetido a um curso de formação regulamentado através da matriz curricular da SENASP que propõe um currículo pedagógico de no mínimo 476 horas das mais diversas disciplinas. Além deste curso de formação tem toda uma preparação para o equipamento letal e não letal que utiliza, então é um servidor que para estar pronto tem um investimento grande, tem uma complexidade para formar este servidor, para deixar ele pronto e ele pode contribuir de uma forma muito maior do que estando cerceado muitas vezes dentro de um espaço único, com isso no momento que ele sai pra fora dos muros da escola ele consegue atuar diretamente na prevenção para afastar ainda mais esta pretensão do delito que chega nas cercanias da escola. Então esta participação da Patrulha Escolar envolve não só os alunos, mas a comunidade do entorno da escola, envolve os moradores do entorno da escola, envolve a praça do entorno da escola, envolve o bairro do entorno da escola. Esta prevenção desenvolvida na prática do Patrulhamento contribui de uma forma muito mais eficaz com o público geral do entorno e também diretamente com o público escolar, que são os nossos alunos, os nossos jovens, as nossas crianças (informação verbal)<sup>9</sup>.

O Patrulhamento se refere a um policiamento voltado à resolução de problemas, visto que trata a questão da violência de forma diferenciada, buscando resolver determinado problema ou crime de maneira eficaz, examinando as suas causas, razões, os autores, as vítimas e o objeto jurídico empregado, com intenção de garantir os direitos individuais e coletivos e a integridade física dos envolvidos (CARVALHO A., 2016).

A juventude brasileira tem sofrido muito com a violência urbana, e isso tem refletido dentro das escolas prejudicando o andamento das suas atividades, quando autores e vítimas envolvidos são membros da mesma comunidade escolar, perdendo a condição de coordenação dentro do viés pedagógico e transformador da instituição escolar, enfraquecendo a função dos gestores e professores e conduzindo toda a comunidade a uma situação de risco, necessitando maior segurança e proteção entre outras ações e políticas (CARVALHO A., 2016).

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Rogério de Souza Luiz, Comandante da Guarda Municipal de Gravataí [maio,2019]. Entrevistador: Valéria Inês Daitx Silveira. Gravataí, 2019. Arquivo .mp3 (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice A desta monografia.

A criminalidade e seus índices assustadores apavoram não somente em termos de ameaça à vida produtiva da nação e seu crescimento, mas também em relação ao custo social gerado com a destruição das diversas famílias brasileiras, vitimadas constantemente, visto que a violência não acaba com o ato em si, tampouco nos resultados causados à vítima direta. Suas consequências incalculáveis espalham-se por inúmeras áreas da vida daqueles que foram de alguma forma, atingidos por ela. Comprometendo assim a construção de um país economicamente equilibrado e socialmente justo para as futuras gerações (CARVALHO A., 2016).

Práticas de vandalismo, depredações, arrombamentos, furtos e roubos, agressões verbais e físicas, além do consumo e venda de drogas, são alguns dos casos percebidos em muitas escolas de Gravataí e também de outros municípios brasileiros, que abalam e afugentam muitos jovens das escolas. Para Alves (2000) existem diversas motivações para a violência na escola, entre elas a existência de professores permissivos ou muito rígidos, regras de convivência não muito claras, falta de capacidade para negociação, preconceitos, discriminação, envolvimento dos alunos com drogas, ingerência dos meios de comunicação e a não aproximação entre escola, comunidade e as famílias dos alunos.

A violência na escola constitui um fato complexo e desigual, que apresenta determinadas formas como resultado de práticas próprias dos estabelecimentos escolares e ao sistema de ensino assim como, às relações sociais nas escolas (ABRAMOVAY, 2014). Observa-se, a esse respeito, a agressividade como fator que transpõe o diálogo quando se trata da violência, pois muitos atos que demonstram agressividade por parte dos alunos tidos como indisciplina são geralmente confundidos e até progridem para violência física, especialmente quando não controlado em tempo e de maneira competente, pode se tornar progressivo e também destrutivo, criando diversos tipos de violência e autodestruição (CARVALHO A., 2016).

Consequentemente os envolvidos no processo de proteção e socialização das crianças e adolescentes não podem desconhecer a questão, até mesmo ao buscar alternativas para reduzir os atos violentos no ambiente escolar e no próprio convívio em sociedade. Tal situação reveste as instituições escolares e as famílias de inevitável e decisiva atuação no auxílio ininterrupto e orientações, nas relações interpessoais e no desenvolvimento saudável dos sujeitos. Portanto, necessitando de um ambiente familiar e educacional seguro e saudável que proporcione tal apoio tornando necessárias ações e políticas públicas, não somente de segurança pública orientada para a conservação e cuidado da família e da escola, como forma fundamental para prevenir a violência juvenil e urbana (CARVALHO A., 2016).

Em agosto de 2016 a Guarda Municipal passou a executar rondas nas escolas do município, tendo em vista o agravamento dos atos de violência e das dificuldades das instituições de ensino em enfrentar tal situação, e também no lidar com crianças e adolescentes em observação ao regramento jurídico estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esta atuação da Guarda junto às escolas e seu entorno, em atendimento às demandas por segurança, ficou conhecida por Patrulhamento Escolar. Até 2010 a ronda escolar era realizada pela Polícia Militar, de 2011 em diante a ronda passou a ser realizada pela Guarda Municipal com o efetivo que havia disponível, contudo sem ter um grupamento específico para atender as escolas. A partir do termo de Cooperação firmado entre as secretarias citadas anteriormente e a reestruturação da Guarda Municipal, passou-se a realizar o Patrulhamento Escolar com viaturas identificadas (Figura1) e atuando exclusivamente no patrulhamento das escolas municipais. As demais escolas existentes no município são atendidas sob demanda.

**Figura 1-Viatura identificada como Patrulha Escolar.**



Fonte: Arquivo Guarda Municipal.

O município possui um total de 102 (cento e duas) escolas na rede de ensino fundamental e médio, sendo 12 (doze) escolas municipais de Educação Infantil, 61 (sessenta e uma) escolas municipais de Ensino Fundamental, 26 (vinte e seis) escolas estadual de Ensino Fundamental e Médio, 01 (uma) Escola Federal e 02 (duas) escolas de educação especial. Ao todo estão matriculados na rede de ensino no município de Gravataí, conforme o IBGE (2018), 34.882 alunos no ensino fundamental, 8.870 no ensino médio e 5.412 na pré-escola (PREFEITURA DE GRAVATAÍ, 2018).

Dentro do planejamento das ações do patrulhamento escolar o município é dividido em quatro áreas regionais, onde cada viatura atende diariamente todas as escolas e o entorno

da sua respectiva região. O efetivo de cada viatura fica responsável por preencher uma planilha com todas as ações realizadas diariamente. Quando surge uma situação pontual, como por exemplo, ameaça de briga, uma viatura é designada para o local do ocorrido e é criado um Boletim de Atendimento (BA) onde é relatado o acontecimento, com seus respectivos envolvidos e o tempo de permanência naquela escola até resolver a situação.

Todavia, independente da estrutura de funcionamento, é incontestável a importância da Guarda Municipal e o patrulhamento escolar realizado no município de Gravataí, diante das demandas, seja por instruções e apoio no gerenciamento dos conflitos, ou diante de situações nas quais os gestores escolares se sentem ameaçados ou que fogem a sua competência funcional para agir ante os atos de violência no ambiente escolar. Entre as ocorrências atendidas pela Guarda Municipal em geral, destacam-se as que são atendidas especificamente pelo Grupamento Escolar, quais sejam vandalismo e furto/roubo nas escolas, entre os anos 2016 e 2018, conforme Quadro 2 e Gráfico 1 abaixo:

**Quadro 2-Ocorrências atendidas pela Guarda Municipal entre 2016 e 2018.**

	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Crimes Ambientais Diversos	-	<b>386</b>	<b>362</b>
Ocorrências de trânsito - Autuação/ Remoção	<b>126</b>	<b>139</b>	<b>109</b>
Acidente c/danos materiais	<b>07</b>	<b>49</b>	<b>44</b>
Acidente c/ vítimas	-	<b>14</b>	<b>06</b>
Ocorrências diversas Conselho Tutelar	<b>05</b>	<b>45</b>	<b>54</b>
Vandalismo Escolas	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>05</b>
Furto/Roubo Escolas	<b>38</b>	<b>30</b>	<b>24</b>
Vandalismo Outros Prédios	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>01</b>
Furto/Roubo Outros Prédios	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>08</b>
Ocorrências com Arma de Fogo	-	<b>02</b>	-
Ocorrências diversas*	<b>211</b>	<b>02</b>	-
Prisões diversas	<b>02</b>	<b>10</b>	-
Recuperação de Veículo Furto/Roubo	<b>12</b>	<b>42</b>	<b>23</b>

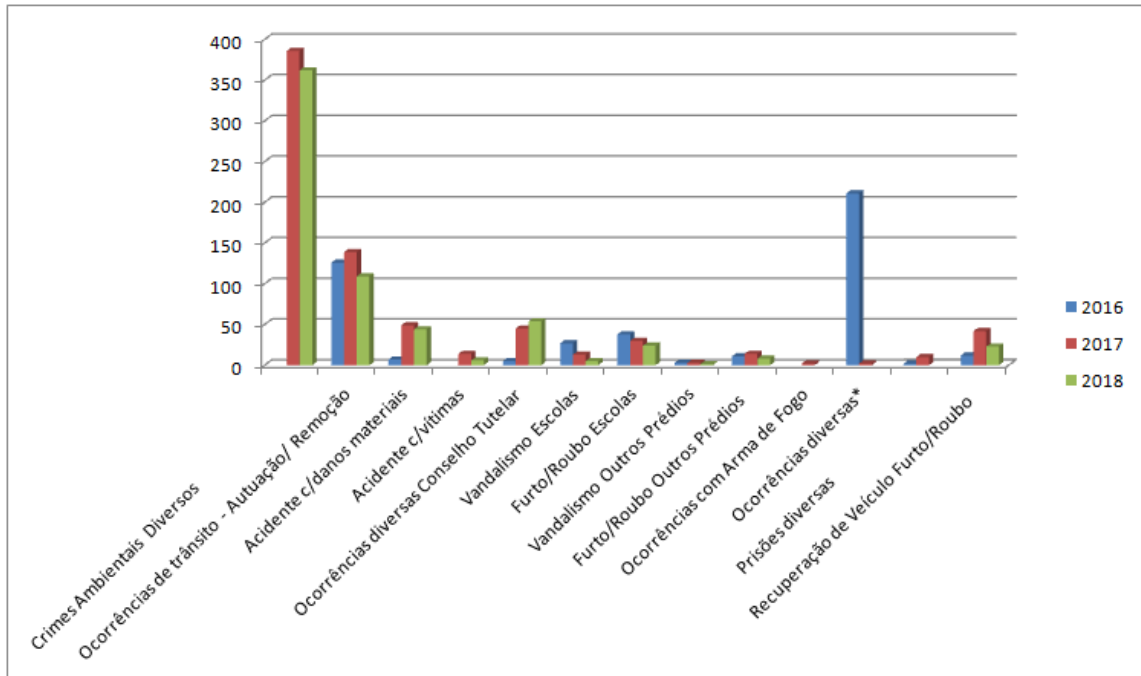
Fonte: Boletins de Atendimento da Guarda Municipal de Gravataí, elaboração nossa para esta pesquisa.

Conforme o Comandante o número de delitos referentes a vandalismo teve uma queda significativa após a criação do Patrulhamento Escolar, uma vez que os números de 2016 se referem apenas ao primeiro semestre, porque o Patrulhamento somente passou a ser realizado a partir de agosto de 2016, segundo ele:

No primeiro ano e no segundo ano nós tivemos uma redução tão significativa de vandalismo e depredação de escola no período de recesso, que era o período que

mais acontecia este tipo de delito, nós zeramos no primeiro ano com essa implantação da Patrulha Escolar e no segundo ano foi um índice baixíssimo de escolas que sofreram com estes tipos de vandalismo, então a redução foi significativa e tem se mantido desde a implantação da Patrulha de maneira muito eficaz no que tange a preservação da estrutura do prédio, até furtos, delitos e arrombamentos (informação verbal)

**Gráfico 1-Indicadores de ocorrências registrados pela Guarda Municipal por ano em Gravataí.**



Fonte: Esta pesquisa.

Antes de 2016 o registro dos atendimentos realizados pela Guarda Municipal não eram separados por categoria, os dados eram lançados de um modo geral sem serem especificados, com isso não há como fazer um comparativo entre o antes e o depois do Grupamento Escolar, contudo, se observarmos os dados específicos às escolas se nota que houve uma considerável redução do vandalismo e uma leve queda nos índices de furto e roubo nas escolas de 2016 para 2018.

Com as constantes transformações do mundo moderno, os novos conceitos de segurança pública, as novas abordagens da violência e da criminalidade, a Guarda Municipal transformou-se em uma instituição de caráter educativo, onde seus agentes passaram a atuar como educadores sociais e profissionais que podem atuar na prevenção e resolução dos problemas de violência e resolução de conflitos (NETO, 2010).

Portanto, a criação e organização do patrulhamento escolar, por meio da SMASP e SMED, constitui uma política pública de segurança do município, a fim de garantir a segurança de alunos e professores no entorno das escolas existentes em Gravataí.

Nesse cenário, tendo em vista os princípios de aproximação e parceria com a



comunidade prevista na filosofia de policiamento comunitário para a segurança pública em geral, aliadas a importância das Escolas como espaço de transformação social, dirigido para a formação dos sujeitos e seu preparo para a prática consciente da cidadania, se torna estratégica a presença e atividade do patrulhamento escolar para a redução da criminalidade e violência nas escolas do município. Busca-se assim garantir a dignidade, o respeito ao ser humano e a cidadania, em benefício da redução da violência social e da efetivação da educação para a paz junto às unidades de ensino, por meio de um serviço dirigido à proteção escolar, de maneira técnica e qualificada que considere o caráter educativo e a peculiaridade do público.

É nesse contexto que damos seguimento ao relato da pesquisa apresentando os procedimentos metodológicos empregados, os instrumentos e as técnicas utilizadas para coleta de dados e as análises dos resultados conforme o referencial teórico apresentado.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como percurso metodológico utilizou-se uma abordagem qualitativa com foco na pesquisa exploratória, que para Gil (2008, p.27) tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”, pois se propõe a entender a opinião dos diretores, dos professores e alunos das escolas municipais escolhidas, bem como dos guardas municipais, sobre o patrulhamento escolar da Guarda Municipal de Gravataí, ainda segundo este autor as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar, visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato”. Geralmente este tipo de pesquisa é utilizado quando o tema em questão é pouco explorado e não é possível formular hipóteses precisas que a tornem operacional (GIL, 2008).

Como instrumentos, utilizamos a análise documental e entrevistas semiestruturadas para o primeiro objetivo deste trabalho. Segundo Laville e Dionne (1999) a entrevista semiestruturada pode ser definida como uma lista das informações que se quer de cada entrevistado, contudo a forma de perguntar e a ordem em que as questões são realizadas irão variar conforme as características de cada entrevistado.

Para o segundo e terceiro objetivos optou-se por uma sondagem de opinião ou *survey*, que conforme Gil (2008, p.55) caracteriza-se pela “solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado”. Como Teste Piloto das sondagens de opinião utilizou-se a primeira escola pesquisada. Para o quarto objetivo foi realizado uma análise documental. Esta organização observou-se como demonstrado no Quadro 3 abaixo:

**Quadro 3-Cumprimento de objetivos e instrumentos de coleta.**

<b>Objetivos</b>	<b>Instrumento de Coleta</b>
Registrar a história do patrulhamento como política local de segurança.	Análise documental e entrevistas semiestruturadas.
Avaliar a efetividade social do patrulhamento mediante a percepção da população escolar (professores, diretores e alunos).	<i>Survey</i> aplicado aos professores, diretores e alunos das escolas.
Entender se há relação entre a percepção dos beneficiários e a percepção dos agentes do grupamento escolar.	<i>Survey</i> aplicado aos guardas que atuam no patrulhamento escolar.
Levantar dados sobre a redução dos delitos e a criminalidade no entorno das escolas municipais	Análise documental.

Fonte: Elaborado pela autora

A pesquisa se deu por meio de questionários aplicados aos diretores, professores e alunos das escolas municipais atendidas pelo patrulhamento da Guarda Municipal, assim como os guardas atuantes no patrulhamento, onde constaram perguntas pertinentes ao atendimento dos guardas à comunidade escolar, bem como se existe a percepção do trabalho realizado pela Guarda Municipal no entorno das escolas, também através de entrevista ao comandante da Guarda Municipal e pesquisa na página de registros *on line* da Guarda Municipal, que é uma ferramenta exclusiva da Secretaria de Segurança do município, no qual se podem gerar gráficos com os índices de atendimentos dos últimos 02 anos. Para obter acesso aos dados da página de registros foi solicitada autorização junto ao comando da Guarda Municipal.

Na elaboração desta pesquisa, já avançamos na recomposição da história do grupamento, assim esse se tornou um objeto que inicialmente não estava no horizonte investigativo, mas espera-se que contribua com o órgão proporcionando uma nova perspectiva em relação a sua história.

#### 4.1 CAMINHO PERCORRIDO PARA PESQUISA

Para iniciarmos o processo de pesquisa definimos os instrumentos a serem elaborados e como seria a formatação do documento para solicitação de autorização da Secretaria de Educação de Gravataí (SMED), a fim de obtermos permissão para aplicarmos questionários aos professores, diretores e alunos.

Criou-se o documento para SMED e se encaminhou para a Secretária do órgão emitir a devida autorização. Depois de recebida a autorização requerida, passou-se para a etapa de formular as perguntas dos questionários que conforme Antônio Carlos Gil:

É a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos valores, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc (GIL, 2008, p.121).

Nessa etapa se formulou os questionários com perguntas que mostraram a percepção de cada pesquisado em relação às atividades desempenhadas pelo Grupamento Escolar, para tanto em algumas das perguntas utilizamos a escala social de Likert que de acordo com Gil

(2008, p.143) é uma escala de “elaboração mais simples e de caráter ordinal, não medindo, portanto, o quanto uma atitude é mais ou menos favorável”, o que para nossa pesquisa foi importante, uma vez que lidamos principalmente com alunos que não são muito receptivos à perguntas muito elaboradas e difíceis.

Após serem elaboradas as perguntas para os questionários partiu-se para definição de quais as escolas seriam abordadas com a aplicação dos questionários. Como critério de escolha das escolas optou-se por abordar uma escola de cada região atendida pelo patrulhamento e que entre junho de 2016 e novembro de 2018 receberam palestras educativas dos servidores da Guarda Municipal, as quais estão listadas no (Quadro 3). Cada região atendida pela Patrulha Escolar possui em média quinze escolas municipais.

**Quadro 4-Regiões e escolas atendidas pelo patrulhamento.**

<b>Região</b>	<b>Escola</b>
Região 1 – Ronda 1	EMEF Antônio Ramos da Rocha
Região 2 – Ronda 2	EMEF Áurea Celi Barbosa
Região 3 – Ronda 3	EMEF Jerônimo Timóteo da Fonseca
Região 4 – Ronda 4	EMEF Mário Quintana

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira escola visitada foi a EMEF Mário Quintana da Região 4, que por ser a menor foi utilizada como piloto. Esta escola possui em torno de duzentos e oitenta e quatro alunos e dezesseis professores distribuídos em dois turnos, manhã e tarde e trabalha com a modalidade de ensino do Pré ao 9º ano. A segunda escola visitada foi a EMEF Jerônimo Timóteo da Fonseca da Região 3. Esta escola atende cerca de novecentos e setenta alunos e possui cinquenta professores distribuídos do Pré ao 9º nos turnos manhã e tarde.

A terceira escola foi a EMEF Antônio Ramos da Rocha da Região 1 e conta com duzentos e setenta e nove alunos e vinte e cinco professores, incluindo a equipe diretiva, distribuídos do Pré ao 9º, em turnos manhã e tarde, porém por não haver demanda não possui 8º e 9º anos ativos no momento. A quarta escola a serem aplicados os questionários foi a EMEF Áurea Celi Barbosa da Região 2, a maior delas, com mil e duzentos alunos e sessenta professores distribuídos entre a Pré escola, 9º ano e EJA, nos turnos manhã, tarde e noite.

Os questionários demandaram em torno quinze minutos em cada sala de aula, sendo que na primeira escola, como foi piloto, demorou um tempo mais para que os alunos compreendessem como responder as questões cinco e seis, já que as respostas teriam que estar entre as opções “nunca, raramente, às vezes, frequentemente e sempre”, com isso, se

estabeleceu alguns critérios para resposta destas questões utilizando-se tempo determinado para cada opção. Sendo assim, se estabeleceu que para marcar a opção “raramente” o evento em questão teria que ter acontecido pelo menos uma vez em um ano, para a opção “às vezes” o evento teria que ter ocorrido ao menos duas vezes ao ano, para a opção “frequentemente”, que o evento ocorresse pelo menos duas vezes por semana e finalmente para opção “sempre” o evento teria que ter ocorrido diariamente.

Para a análise se utilizou como base os objetivos disponíveis pela legislação sobre o papel da Patrulha Escolar, sobre os delitos e infrações passíveis de ocorrer na escola e seu entorno e sobre a percepção dos sujeitos sobre a proximidade ou principais carências das escolas em relação ao trabalho do patrulhamento.

Frente ao desafio de analisar o papel da Patrulha Escolar como política pública de segurança se buscou traçar o percurso histórico das Guardas dentro da configuração atual de segurança pública no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

## **5 ANÁLISE DESCRITIVA DA EFETIVIDADE SOCIAL DA GUARDA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ ATRAVÉS DE INDICADORES**

A partir da coleta de dados este capítulo será dividido em cinco dimensões analíticas seguindo a percepção dos atores envolvidos sobre o Patrulhamento Escolar da Guarda Municipal.

### **5.1 AS ESCOLAS ESCOLHIDAS**

Entre as 61 Escolas de Ensino Fundamental existentes no município de Gravataí foram escolhidas quatro delas, sendo uma de cada região atendida pelo Patrulhamento Escolar, as regiões é uma divisão geográfica estabelecida na gestão municipal. As visitas foram agendadas de acordo com o horário disponível das escolas e turmas e não de acordo com a ordem da região. Todas as quatro escolas estão localizadas na periferia de Gravataí em meio a vilas pobres, onde normalmente residem trabalhadores assalariados que lutam para sobreviver diante das dificuldades estruturais que lhes são apresentadas diariamente.

A EMEF Antônio Ramos da Rocha, localizada na Região 1 está situada na Rua Amazonas, 165 no Bairro Parque dos Anjos, possui duzentos e setenta e nove alunos e vinte e cinco professores entre os quais estão incluídos os de área, equipe de apoio e diretiva. Nesta escola os questionários foram aplicados a duas turmas de 7º ano, totalizando trinta e quatro alunos e a três professoras e uma vice-diretora, os quais serão analisados mais adiante.

A EMEF Áurea Celi Barbosa está localizada na Região 2, na Rua Marco Polo, 729, Bairro São Vicente. Esta escola é a maior entre as quatro visitadas, possuindo mil e duzentos alunos e sessenta professores. Os questionários foram aplicados em uma turma de 8º ano e numa de 9º ano, totalizando cinquenta e dois alunos.

Na Região 3 está a EMEF Jerônimo Timóteo da Fonseca, situada na Rua Orlando Carlos, 310, Bairro Monte Belo, contando com novecentos e vinte alunos e cinquenta professores. Esta escola foi a segunda a ser visitada e nela foram aplicados trinta e sete questionários distribuídos entre uma turma de 8º ano e outra de 9º ano.

A EMEF Mário Quintana encontra-se na Região 3 e está localizada na Rua Ângelo Couto, 151, Bairro Morada do Vale III, possuindo duzentos e oitenta e quatro alunos e

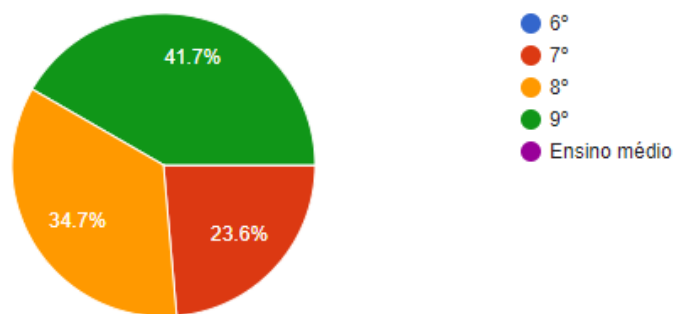
dezesseis professores. Os primeiros questionários foram aplicados nesta escola, por ter sido a que possibilitou o agendamento mais rápido. Com isso, também a utilizamos como piloto para que se houvesse a necessidade de algum ajuste, tivéssemos tempo de adequar. Foi aplicado um total de vinte e um questionários entre uma turma de 8º ano e uma de 9º ano.

As visitas e a aplicação dos instrumentos investigativos foi bem aceita em todas as escolas. Nossa presença proporcionou dentro das turmas visitadas um momento reflexivo sobre a temática de segurança e foi interessante perceber a surpresa dos alunos em relação à função do patrulhamento como um instrumento de qualidade de vida e cidadania.

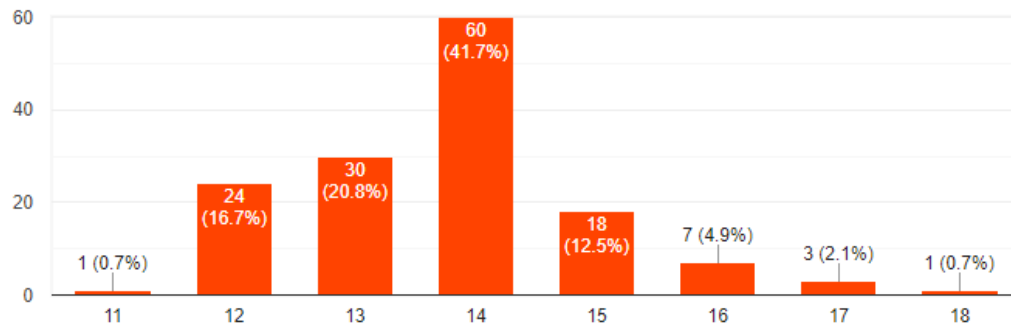
## 5.2 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Foram aplicados cento e quarenta e quatro questionários (modelo no ANEXO A) entre alunos do 7º ao 9º ano, dos quais 41,7% eram do 9º ano, 4,7% do 8º ano e 2,6% do 7º ano. As idades variaram entre onze e dezoito anos e a idade média de quatorze anos, sendo 52,8% do gênero masculino e 47,2% feminino, conforme demonstrado nos gráficos 2 e 3.

**Gráfico 2-Ano escolar dos alunos.**



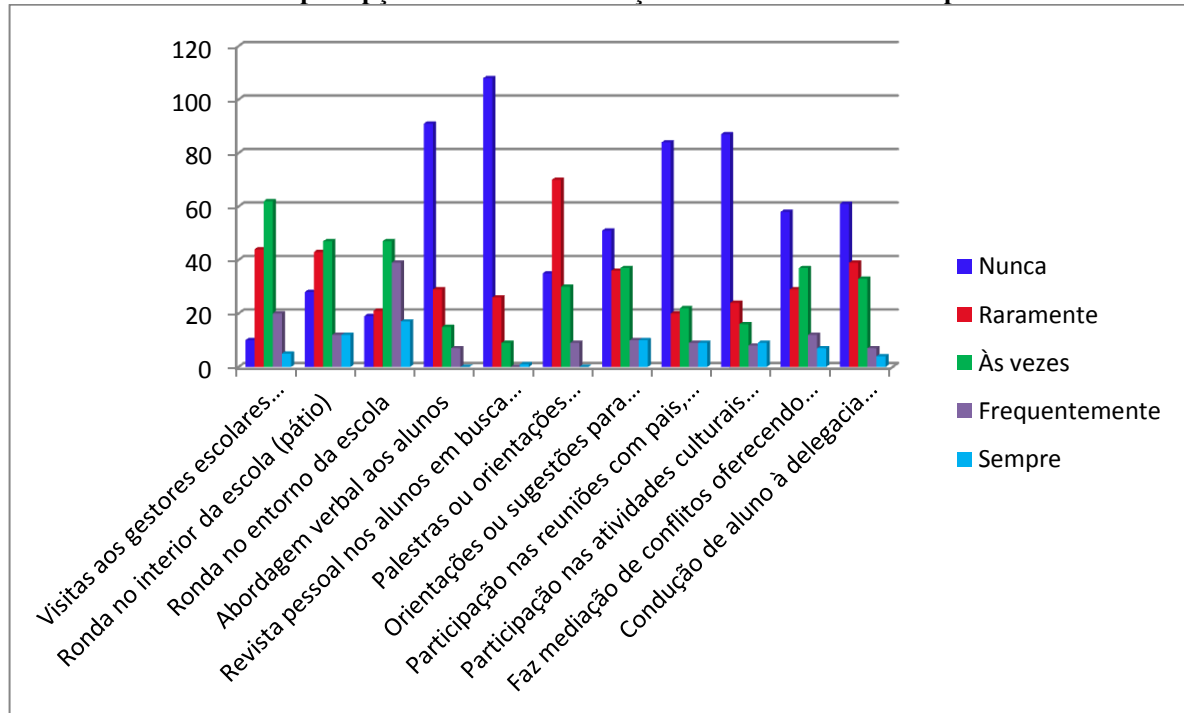
Fonte: Pesquisa de campo.

**Gráfico 3-Idade dos alunos participantes da pesquisa.**

Fonte: Pesquisa de campo.

O questionário aplicado aos alunos teve ao todo nove questões, sendo que as quatro primeiras eram referentes aos dados da escola e do aluno, as demais se referiam às atividades da Patrulha Escolar da Guarda Municipal e às ocorrências relacionadas ao ambiente escolar.

Na questão cinco do questionário foi solicitado aos alunos que marcassem a opção que mais representasse sua percepção em relação às atividades realizadas pelo Patrulhamento Escolar em sua escola ou entorno dela. Os resultados obtidos estão representados no Gráfico 4 e logo abaixo suas respectivas análises.

**Gráfico 4- Indicadores da percepção dos alunos em relação às atividades exercidas pela Patrulha Escolar.**

Fonte: Elaborado pela autora.



Conforme os dados apresentados no Gráfico 4 acima, as ações mais percebidas como “às vezes” foram as visitas aos gestores escolares, ronda no interior da escola e ronda no entorno da escola. As percebidas como “nunca” foram a abordagem verbal aos alunos, revista pessoal nos alunos, orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola, participação nas reuniões com os pais e professores, participação nas atividades culturais da escola, mediação de conflitos e condução de aluno ao conselho tutelar ou delegacia. A opção “raramente” aparece mais nas palestras ou orientações socioeducativas.

As ações percebidas como “frequentemente” de maior relevância foi a ronda no entorno da escola. Já a opção “sempre” não aparece como relevante em nenhuma ação desenvolvida pelo Patrulhamento Escolar.

Com isso, se percebe que as questões respondidas como “nunca” somente são positivas quando a maioria dos alunos respondeu que nunca sofreu abordagem verbal ou revista pessoal em busca de objetos ilícitos e não foram conduzidos ao Conselho Tutelar ou à Delegacia Especializada, o que demonstra que a Patrulha Escolar mesmo quando necessita fazer este tipo de abordagem não causa maiores constrangimentos e também o faz em local reservado.

Contudo, em relação às demais questões respondidas como “nunca”, as quais são: orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola; participação nas reuniões com pais, professores ou alunos; participação nas atividades culturais ou esportivas da escola; e se faz mediação de conflitos oferecendo uma solução amigável; trazem certa preocupação, no momento que são atividades importantes que teriam que fazer parte do cotidiano da Patrulha Escolar, que 47,36% dos alunos responderam que não estão acontecendo em suas escolas, o que evidencia que existe pouca atuação no aspecto preventivo do patrulhamento.

Quanto à opção “raramente” que aparece como resposta na questão que pergunta se a Patrulha Escolar realiza palestras ou orientações socioeducativas, também é bastante relevante, uma vez que demonstra que a Patrulha Escolar não está praticando o policiamento preventivo, característico de uma Guarda comunitária. Quanto a este aspecto o Comandante Souza explica que as palestras são realizadas nas escolas mediante demanda por parte da direção, que solicita as palestras e sugere o tema a ser apresentado (informação verbal).

A ronda no entorno das escolas é a atividade mais percebida pelos alunos, já que a maioria que usou a opção “frequentemente” relatou ter visto a viatura da Patrulha na imediação de sua escola ao menos duas vezes por semana.

Percebe-se com isso que não existe uma coerência entre o que é prescrito pelo policiamento comunitário em relação à prevenção e aproximação para resolver problemas, com a baixa capacidade de atuação do Patrulhamento Escolar, o que reforça o que é percebido pelos alunos, uma vez que os estudantes mantêm os traços do imaginário popular em relação aos profissionais de segurança, reforçando a desconfiança, o medo e o distanciamento.

Deste modo, fica evidente a disformidade e distanciamento entre o que é planejado e os resultados obtidos, além da falta de participação em meio às dificuldades na execução da política pública, conforme Rua (2014), sem contar a desconfiança, o descrédito e a frustração social em relação ao policiamento comunitário.

Com o intuito de entender os atos de violência que mais incomodam os estudantes pesquisados, foram assinaladas as principais ocorrências percebidas pelos alunos (Gráfico 5).

A ocorrência que mais foi marcada como “sempre”, com 29,86% das respostas foi agressão verbal ou desacato o que demonstra que dentro do ambiente escolar, embora tendo a presença do vigia escolar, existe certo desrespeito pelo outro, pelo semelhante. Este quesito deveria ser trabalhado tanto na escola como na formação dos guardas, o respeito pelo outro é princípio básico de convivência.

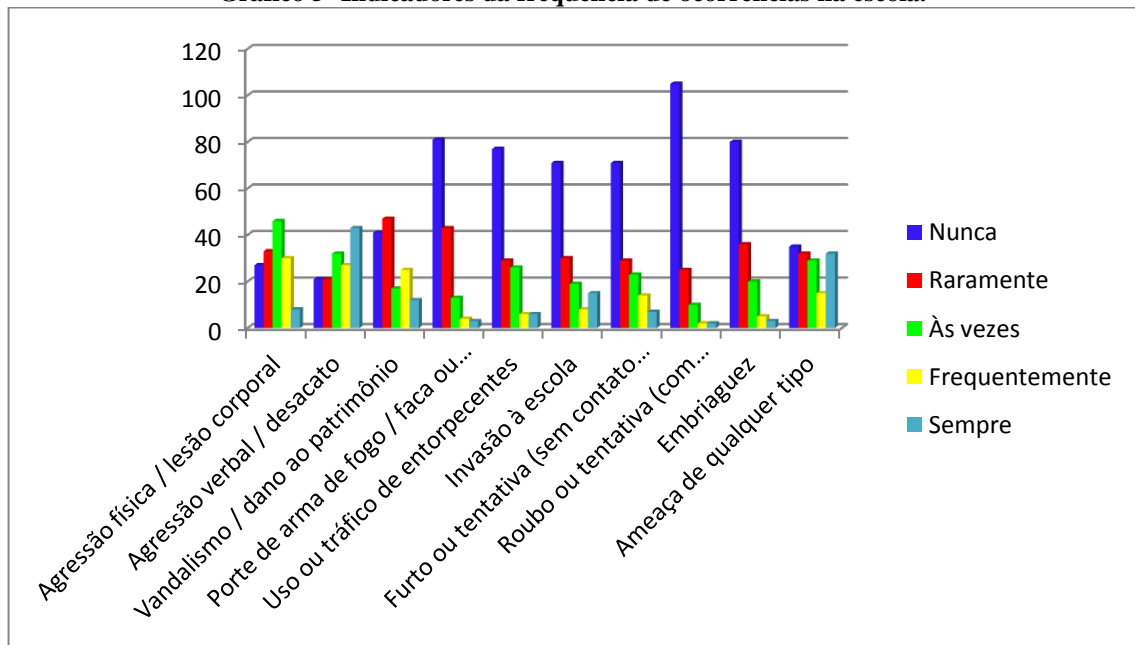
A opção que mais foi marcada como “às vezes”, com 31,94%, foi a agressão física e/ou lesão corporal, o que evidencia a falta de orientação dos alunos quanto aos relacionamentos dentro do ambiente escolar. A opção que mais foi respondida como “raramente” com 32,64% das respostas foi vandalismo ou dano ao patrimônio. Já as que foram marcadas “nunca”, foram as opções: porte de arma de fogo, faca ou outro objeto cortante; uso ou tráfico de entorpecentes; invasão à escola; furto ou tentativa; roubo ou tentativa; embriaguez; e ameaça de qualquer tipo. Entre estas respostas a que mais alunos responderam como “nunca” foi a opção roubo ou tentativa.

Certamente que as práticas de violência são pontuais e resolvidas pela direção das escolas, entretanto, se observa pela disseminação dos resultados que não existe diálogo e tampouco informações sobre o assunto entre os alunos. Mostrando que o pouco conhecimento e compreensão sobre a violência no meio escolar refletem o comportamento dos alunos em relação à pesquisa, o que compromete a possibilidade de resolução dos problemas e marca as resistências pela prescrição de uma atividade pública partindo da oferta, sem a atuação e compreensão dos envolvidos principais, de acordo com Rua<sup>10</sup> (2012) *apud* Carvalho A.(2016).

---

<sup>10</sup> RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2ª Ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

Gráfico 5- Indicadores da frequência de ocorrências na escola.

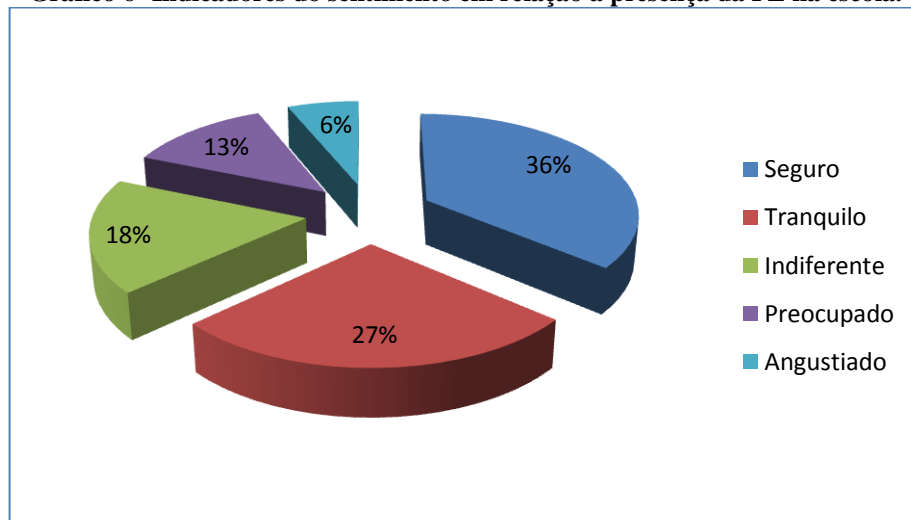


Fonte: Elaborado pela autora.

Com a intenção de registrar as percepções dos estudantes em relação à presença dos guardas da Patrulha Escolar no estabelecimento de ensino, questionou-se a sensação de segurança e o atendimento recebido por parte dos guardas, conforme Gráfico 6.

A grande maioria dos alunos, 63%, respondeu que se sentem seguros e tranquilos em relação à presença da Patrulha Escolar em sua escola, sendo que 36% se sentem seguros e 27% se sentem tranquilos. Já 18% dos alunos se mostraram indiferentes à presença da Patrulha, enquanto que 19% se declararam preocupados ou angustiados. Estes últimos dados trazem preocupação, uma vez que estes sentimentos de preocupação e angústia demonstram certa desconfiança em relação ao trabalho executado pela Guarda Municipal por meio da Patrulha Escolar. Mais que isso, reflete também a insegurança e medo que vivemos em sociedade.

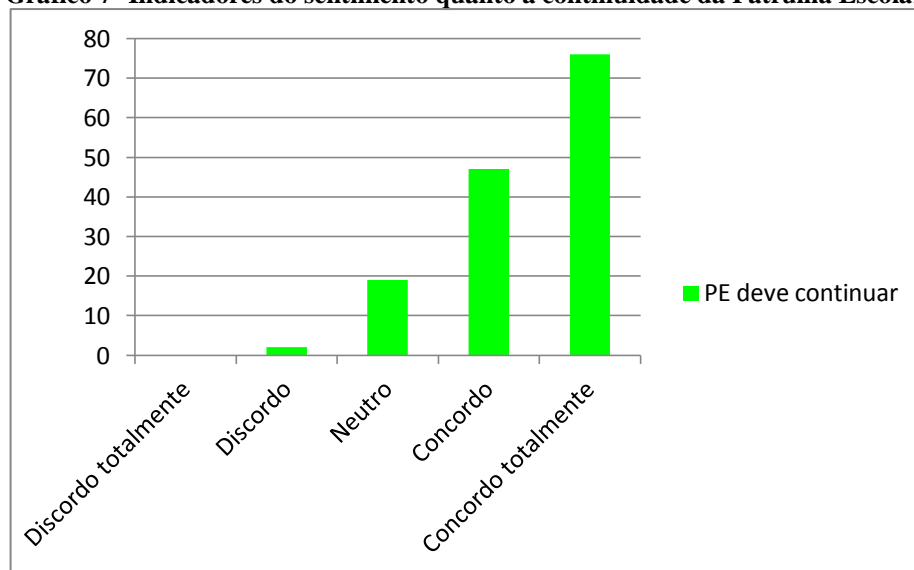
Embora não haja uma aproximação maior entre os alunos e guardas municipais em relação à divulgação de conhecimento sobre a filosofia de policiamento comunitário, seu viés de proteção e prevenção no atendimento escolar, apoiando a inserção dos guardas nas instituições de ensino independente de algum acontecimento envolvendo violência, os alunos das escolas pesquisadas se sentem seguros em sua maioria.

**Gráfico 6- Indicadores do sentimento em relação à presença da PE na escola.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à continuidade do atendimento da Patrulha Escolar nos estabelecimentos de ensino, a grande maioria dos estudantes, em torno de 85%, respondeu ser favorável à continuidade do serviço de patrulhamento escolar nos estabelecimento de ensino do município. 13% dos alunos declaram-se neutros e apenas 1,4% responderam que não deve haver continuidade, conforme o Gráfico 7.

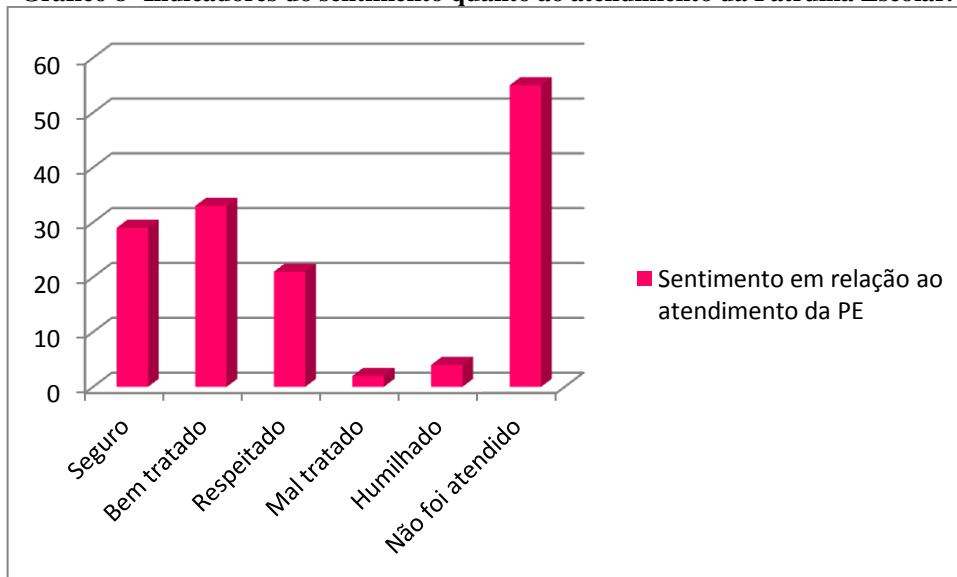
Este indicador é muito positivo no que tange a consecução da política de segurança optada pelo governo local. Justifica a sua importância na agenda de trabalho da Secretaria.

**Gráfico 7- Indicadores do sentimento quanto à continuidade da Patrulha Escolar.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao atendimento prestado pela Patrulha Escolar (demonstrado no Gráfico 8), 20,14% dos alunos responderam que se sentiram seguros e 22,92% foram bem tratados quando atendidos pelo Patrulhamento. Já 38,19% dos alunos responderam que nunca foram atendidos. Considerando que os guardas do Patrulhamento Escolar somente vão à escola quando são acionados em virtude de alguma ocorrência como medida repressiva, é compreensível que a maioria dos alunos não se considerem atendidos por eles.

**Gráfico 8- Indicadores do sentimento quanto ao atendimento da Patrulha Escolar.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Nos três blocos de perguntas se observou a percepção positiva em relação à política adotada. Embora não seja claro o conhecimento das atividades da Patrulha Escolar por parte dos alunos, estes demonstraram ter uma boa percepção sobre o trabalho realizado pelo patrulhamento no entorno das escolas.

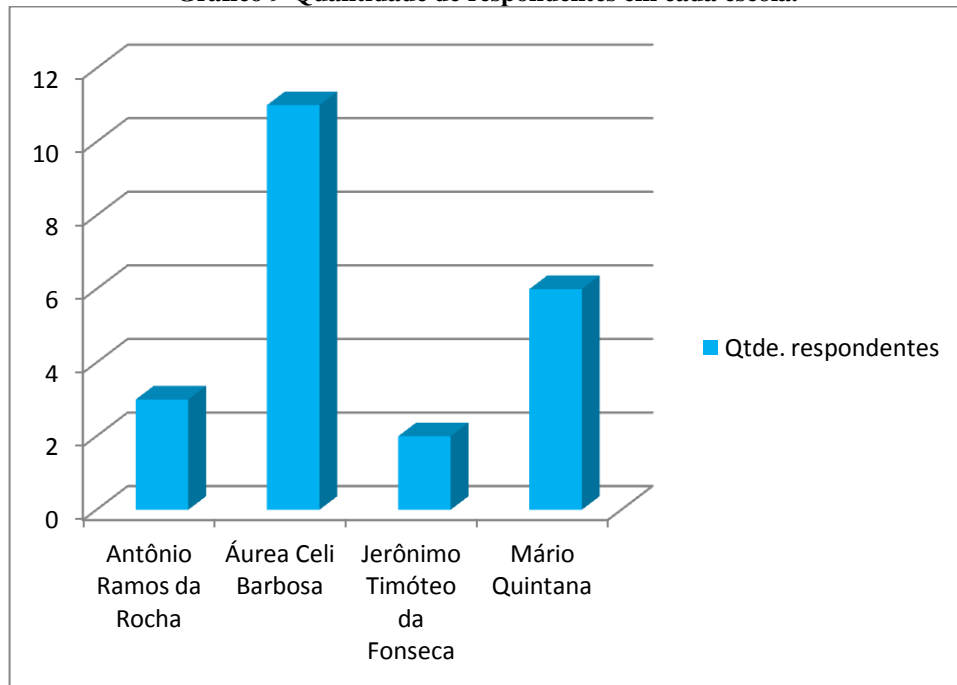
### 5.3 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES

Os questionários aplicados aos professores e diretores continham oito questões, sendo que as duas primeiras se tratavam da identificação da escola e a função exercida por cada participante, se professor, vice-diretor ou diretor (ANEXO B).

Entre os respondentes estavam vinte e dois professores, correspondendo a 84,6% das respostas, dois diretores tratando-se de 7,7% dos respondentes e dois vice-diretores com

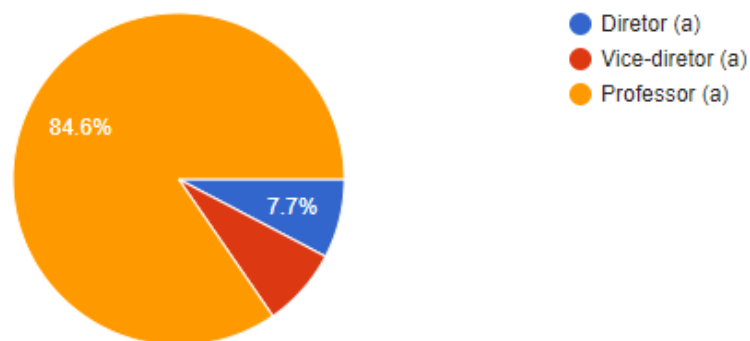
percentual igual ao dos diretores. Sendo onze professores da EMEF Áurea Celi Barbosa, seis professores, um diretor e um vice-diretor da EMEF Mário Quintana, três professores e um vice-diretor da EMEF Antônio Ramos da Rocha e, dois professores e um diretor da EMEF Jerônimo Timóteo da Fonseca, conforme Gráficos 9 e 10 apresentados a seguir.

**Gráfico 9-Quantidade de respondentes em cada escola.**



Fonte: Elaborado pela autora.

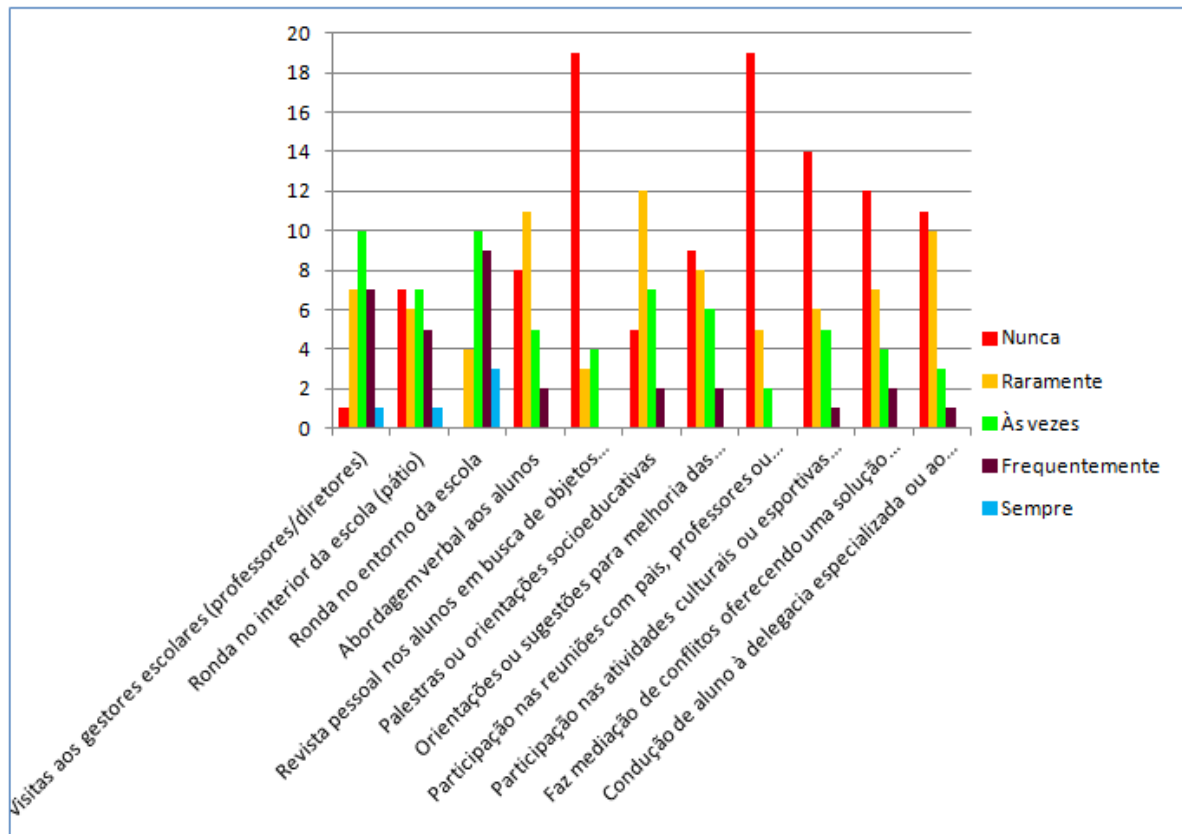
**Gráfico 10-Função exercida na escola.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão três foi perguntado sobre a frequência das atividades realizadas pela Patrulha Escolar em sua escola conforme Gráfico 11 mostrado abaixo:

**Gráfico 11- Indicadores da frequência das atividades realizadas pela Patrulha.**



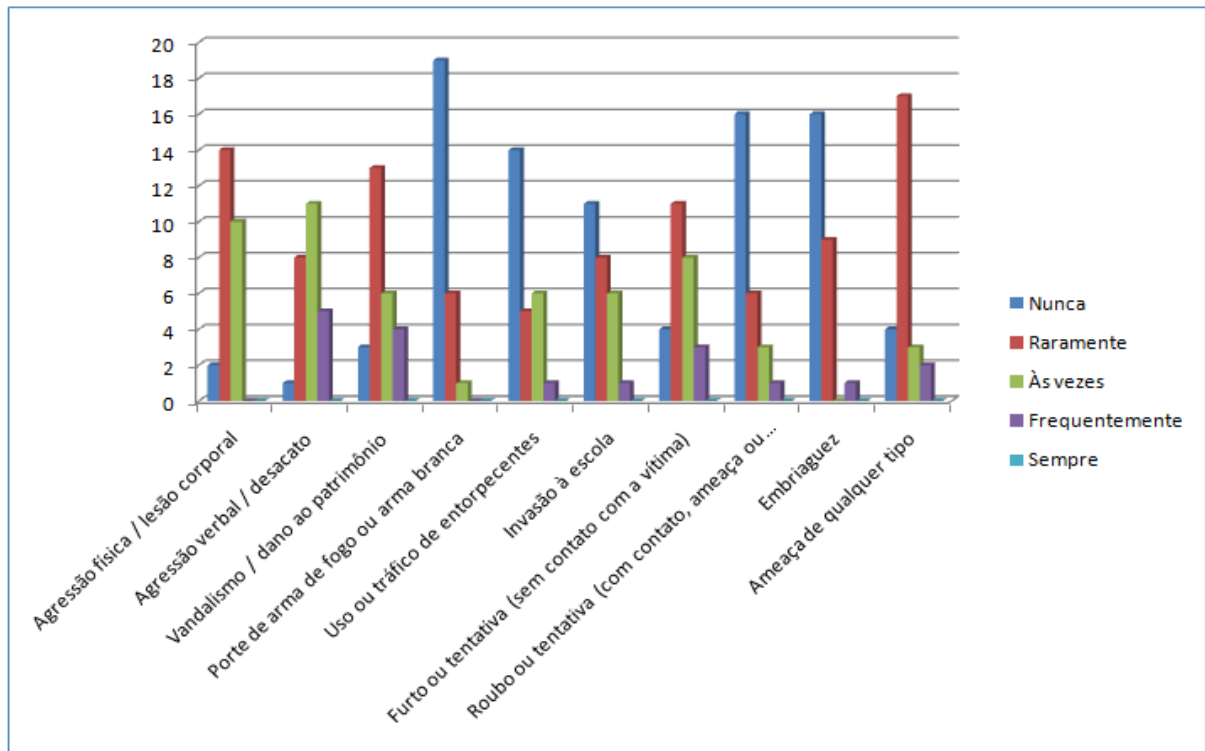
Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima a questão “visitas aos gestores escolares” obteve como mais relevante a opção “às vezes”. Na questão “ronda no interior da escola” duas opções receberam a mesma quantidade de respostas para “nunca” e “às vezes”. Já para a questão “ronda no entorno da escola” a resposta mais relevante foi “às vezes” com dez respondentes. Na questão “abordagem verbal aos alunos” a opção com mais respostas foi “raramente”. Em “revista pessoal aos alunos” a opção “nunca” foi a mais relevante com dezenove respostas. Para a questão “palestras ou orientações socioeducativas” a opção que mais apareceu foi “raramente” com doze respostas.

Na questão “orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança”, a opção “nunca” com nove respostas e a opção “raramente” com oito foram as que mais apareceram. Em “participação nas reuniões com pais e professores” a opção “nunca” foi a mais marcada com dezenove respostas. As questões “participação nas atividades culturais ou

esportivas da escola”; “faz mediação de conflitos oferecendo solução amigável” e; “condução de aluno à delegacia ou Conselho Tutelar” tiveram a opção “nunca” como a mais marcada.

**Gráfico 12- Indicadores da frequência de ocorrências na escola.**



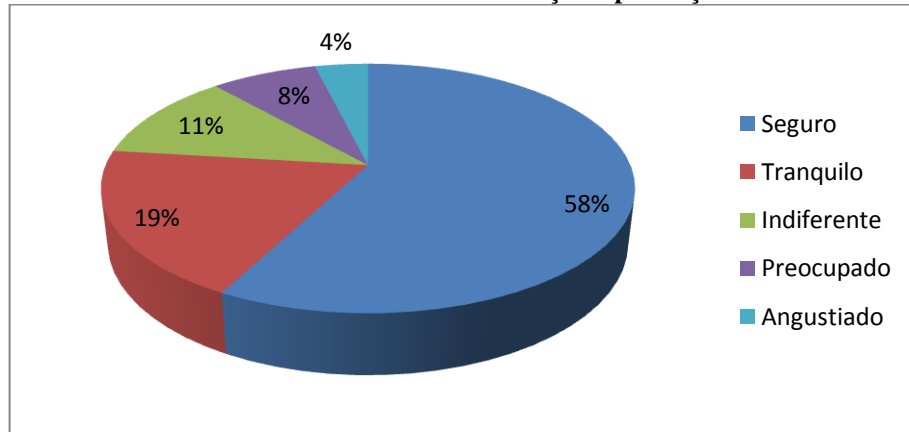
Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 12 mostra a frequência das ocorrências na escola. As questões “porte de arma de fogo ou branca”; “uso ou tráfico de entorpecentes”; “invasão à escola”; “roubo ou tentativa” e; “embriaguez” foram mais marcadas com a opção “nunca”. As questões “agressão física/ lesão corporal”; “vandalismo/dano ao patrimônio”; “furto ou tentativa” e; “ameaça de qualquer tipo” tiveram como opção mais marcada “raramente”. A opção “às vezes” foi mais marcada na questão “agressão verbal/desacato”.

No Gráfico 13 mostra-se o sentimento dos professores e diretores em relação à presença da Patrulha Escolar na escola, onde aparecem as opções “seguro”; “preocupado”; “indiferente”; “tranquilo” e; “angustiado”. 58% dos respondentes declararam-se seguros e 19% tranquilos em relação à presença da Patrulha em sua escola. 11% declararam ser indiferentes à presença da Patrulha Escolar enquanto que 8% se disseram preocupados e 4% angustiados. Esses índices se mostraram diferentes da percepção dos alunos.



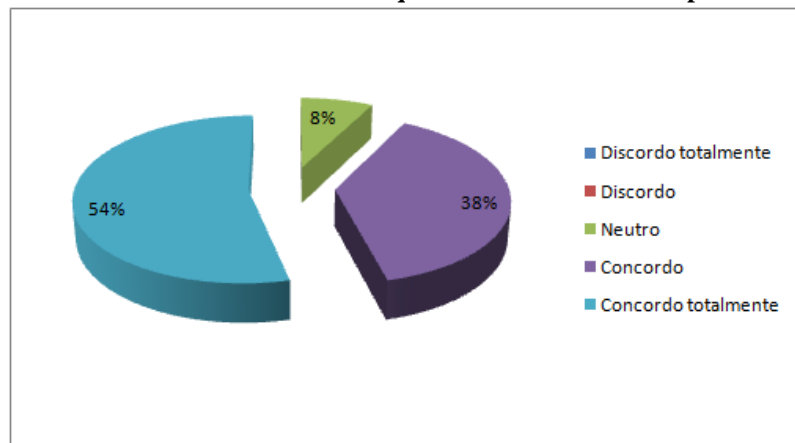
**Gráfico 13- Indicadores do sentimento em relação à presença da PE na escola.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à continuidade da atuação da Patrulha Escolar, 92% dos docentes disseram ser favoráveis à continuidade do patrulhamento e 8% se declararam neutros (Gráfico 14).

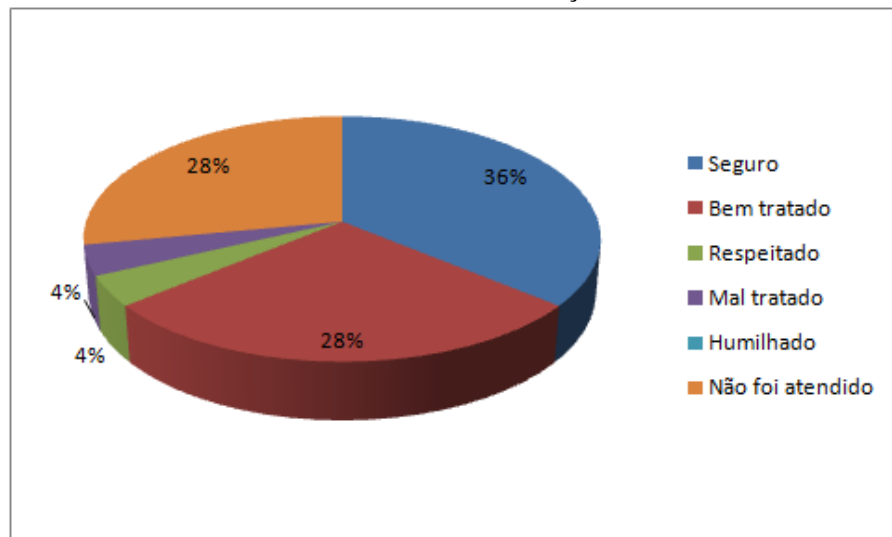
**Gráfico 14- Indicadores do sentimento quanto à continuidade do patrulhamento.**



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 15 mostra-se o sentimento em relação ao atendimento da Patrulha Escolar. Onde 36% dos respondentes declararam se sentir seguro, 28% bem tratados, 4% respeitados, 4% sentiram-se mal tratados, e 28% declararam nunca terem sido atendidos pela Patrulha Escolar.

**Gráfico 15- Indicadores do sentimento em relação ao atendimento da PE.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Na última pergunta os docentes foram questionados sobre o que poderia melhorar na atuação do patrulhamento escolar, sendo que dos vinte e seis respondentes sete não ofereceram sugestões. A seguir mostram-se as sugestões oferecidas pelos docentes, os quais serão identificados como R1 a R19 (Respondente 1 ao 19):

O R1 da EMEF Mário Quintana, sugeriu que “a Patrulha deveria ser mais ativa na escola” o que se subentende que a Patrulha não aparece muito em sua escola. O R2 da EMEF Antônio Ramos da Rocha sugeriu que a Patrulha deveria “fazer palestras para os alunos, pois assim colocariam mais respeito”, isso reforça o sentimento em relação a Guarda repressiva, como forma de impor respeito. Ainda desta escola o R3 comenta “por se tratar de uma escola pequena, com poucas ocorrências estamos satisfeitos com a atuação do patrulhamento” o que demonstra uma opinião diferente do R2. O Respondente 4 concorda com o R3 e declara “acho que está bom assim. Foi um excelente projeto desta gestão”. O R5 sugere que “poderia acontecer algumas palestras, conversas com os alunos, buscando diminuir agressões e *bullying*, promovendo a conscientização dos alunos”.

Na EMEF Áurea Celi Barbosa, que foi a maior escola visitada, o R6 sugeriu que o patrulhamento deve ser “preventivo e não punitivo coercitivo”. R7 respondeu que “precisava ser ampliada a frequência da patrulha nas escolas”. O R8 sugeriu que “deveria ter uma patrulha em cada escola” o que demonstra que alguns servidores desconhecem os procedimentos necessários para implantação das políticas de segurança no município e que é preciso possuir verba para adquirir viaturas suficientes para atender todas as escolas, o que na

atual realidade financeira dos municípios se torna quase impossível. R9 respondeu que a patrulha deveria estar com “maior frequência na escola” reforçando a resposta anterior.

O Respondente 10 propôs que “poderia ter uma atuação mais frequente nas escolas, aqui no “Áurea” pouquíssimas vezes tive contato com patrulhamento escolar, já em outras escolas que trabalhei (bairros nobres) eram mais presentes”. O que concorda o R11 quando declara que a patrulha deve “ser mais presente”, essas respostas sugerem que o patrulhamento não é muito ativo nesta escola e que é utilizado apenas para atender bairros nobres da cidade, o que não se configura como verdadeiro, uma vez que o patrulhamento atende, a princípio, todas as regiões do município de igual forma.

O R12 recomenda que deva “ter profissionais mais capacitados para lidar com o público jovem de forma acolhedora e não repressora, e em diálogo com professores e pais”. O R13 responde “acredito que a abordagem aos alunos ou população em geral poderia ser melhor trabalhada. Com um enfoque de comunicação não violenta”, estes professores, assim como os anteriores, demonstram que não há uma boa aproximação dos agentes em relação aos alunos. Este pensamento traz à tona as características do modelo tradicional de policiamento, aquele que apresenta uma atuação mais repressiva sem se preocupar com a prevenção, o que explica a necessidade de uma melhor qualificação dos guardas, enfatizando o que afirma Muniz<sup>11</sup> (2001) *apud* Carvalho A. (2016) sobre as dificuldades de uma transição mais efetiva do modelo de segurança pública brasileiro do tradicional para um mais participativo e que considere mais a cooperação social.

Dos docentes da EMEF Jerônimo Timóteo da Fonseca apenas dois responderam esta questão, a qual o R14 recomenda “uma maior frequência da patrulha, com atendimentos e palestras preventivas” e o R15 aconselha que “ele deve ser diário. A nossa escola quando solicita a ajuda sempre comparecem ao chamado”.

Na EMEF Mário Quintana o R16 lembra que “toda vez que chamamos, eles atenderam. Poderiam passar mais vezes para fazer a ronda escolar”. O R17 recomenda que a patrulha deveria melhorar “a frequência, ou melhor, a vinda à escola”. Para o R18 deveria haver “mais participação” do patrulhamento na escola e para o R19 a Patrulha deveria “ser mais presente nas escolas, principalmente ter contato com os alunos, realizando palestras e orientações no mínimo trimestrais”.

Neste segmento investigado percebemos que a efetividade do trabalho da patrulha não é alta, no entanto, é bastante recorrente o fato de ser necessária uma aproximação das políticas

---

<sup>11</sup> MUNIZ, Jaqueline. **A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional.** Security and Defense Studies Review, Washington DC, v.1, p.22-25,2001.

educacionais com as políticas de segurança. No geral a Guarda é bem vista, mas existe um espaço que poderia ser melhor trabalhado, por um lado, a escola entendendo os objetivos deste segmento e por outro lado, a Guarda não entra na agenda pedagógica das escolas.

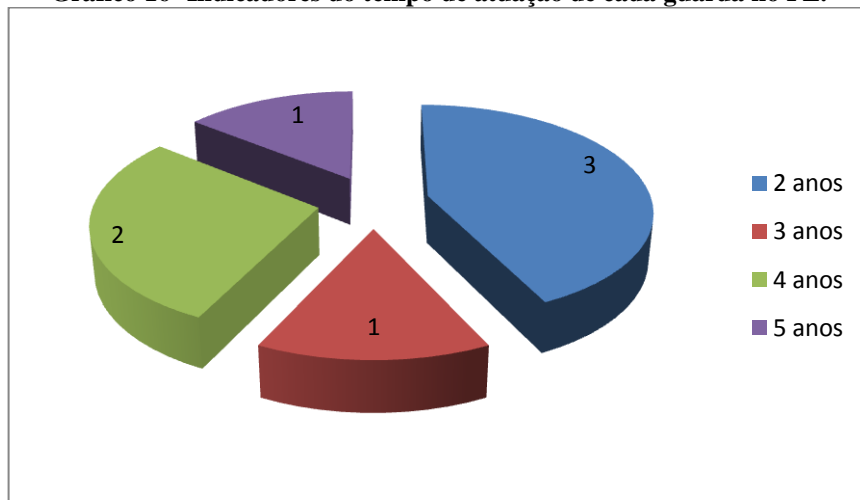
#### 5.4 A PERCEPÇÃO DOS GUARDAS DO PATRULHAMENTO

A Patrulha Escolar opera com quatro viaturas com quatro agentes cada, durante cinco dias da semana, de segunda a sexta. Destes dezesseis agentes, apenas sete se propuseram a responder o questionário (ANEXO C). Entre os respondentes 14,3% são mulheres e 85,7% são homens. O tempo de serviço dos agentes na Guarda Municipal varia de dez a dezoito anos. Sendo que o tempo de atuação na Patrulha Escolar vai de dois a quatro anos, conforme Gráfico 16.

Quanto ao grau de instrução de cada guarda, 85,7% deles são graduados em Administração, Gestão de Segurança, Gestão Ambiental, Letras, Segurança Pública, Direito e Filosofia, sendo que um agente possui curso Técnico Auxiliar de Escritório. Todos os agentes possuem em seu currículo a formação em Policiamento Comunitário, Direitos Humanos, Gerenciamento de Crises, entre outros cursos oferecidos pela SENASP na modalidade EAD, que são considerados imprescindíveis para atuarem mais próximos da comunidade escolar e importante no que se refere a incentivar o exercício da cidadania e convívio social baseado nos direitos humanos. Ressalta-se que estas disciplinas também fazem parte da formação do agente da Guarda Municipal de Gravataí.

Com isso, se percebe que os guardas da Patrulha Escolar buscam melhorar sua qualificação não somente na área de segurança como em outras, o que é importante para sua atuação profissional como guarda e principalmente como patrulheiro escolar.

**Gráfico 16- Indicadores do tempo de atuação de cada guarda no PE.**

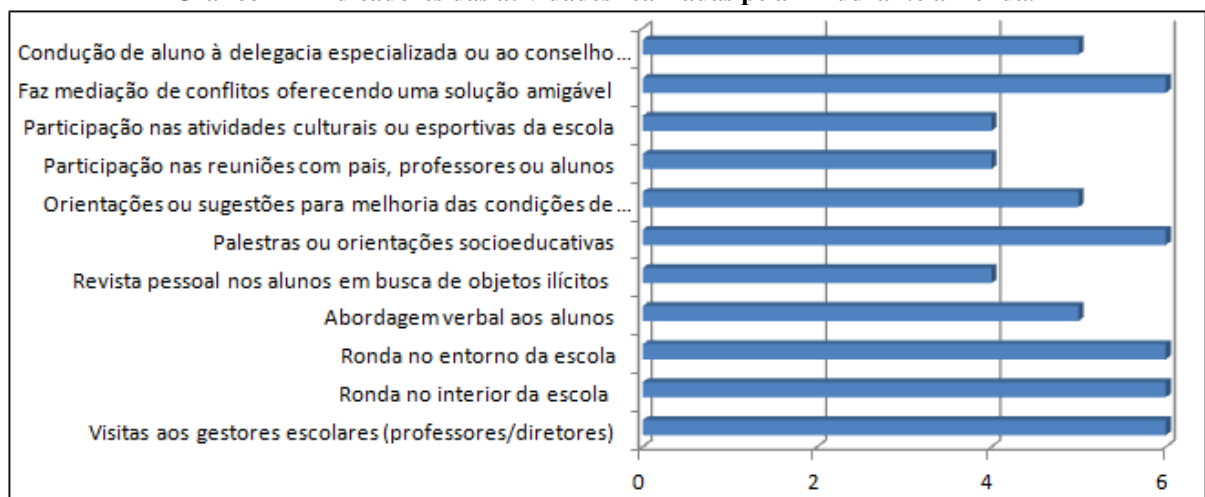


Fonte: Elaborado pela autora.

O questionário aplicado continha doze perguntas, sendo que as cinco primeiras referiam-se a dados pessoais e profissionais do agente.

Na continuação seguem-se os resultados obtidos em relação às atividades realizadas pela Patrulha Escolar. Na sexta questão perguntou-se sobre quais atividades eram realizadas durante o patrulhamento, sendo que o agente poderia marcar quantas achasse pertinente à atividade por ele exercida, conforme o Gráfico 17.

**Gráfico 17- Indicadores das atividades realizadas pela PE durante a Ronda.**



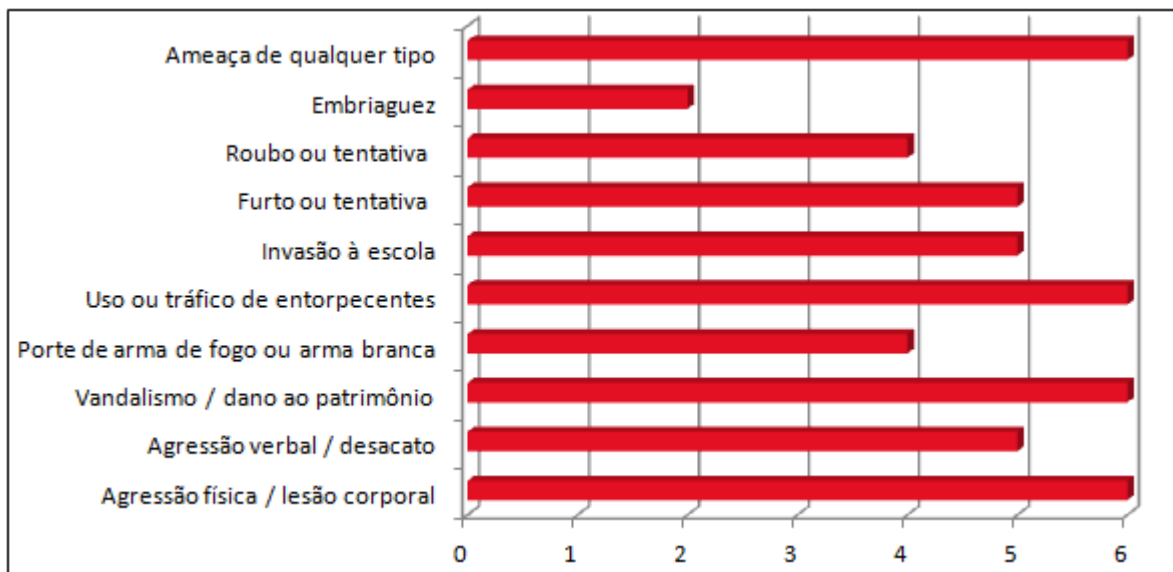
Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se pelo demonstrado no gráfico que nas questões “visitas aos gestores escolares”; “ronda no interior da escola”; “ronda no entorno da escola”; “palestras ou orientações socioeducativas” e; “faz mediação de conflitos oferecendo solução amigável” seis

dos agentes marcaram esta opção. Três dos agentes marcaram todas as opções como atividades executadas pela Patrulha Escolar, enquanto um deles marcou apenas a opção “orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola”, talvez este agente não tenha entendido que poderia marcar múltiplas atividades.

Na questão sete do questionário foi perguntado aos agentes da Guarda quais as ocorrências eram atendidas durante o patrulhamento escolar. Dentre as ocorrências, quatro foram marcadas por seis agentes, o que corresponde a 85,7% dos respondentes. No Gráfico 18 pode-se perceber que todas as ocorrências apontadas no questionário foram marcadas como atendidas, o que demonstra que existem demandas que necessitam da presença da Patrulha nas escolas.

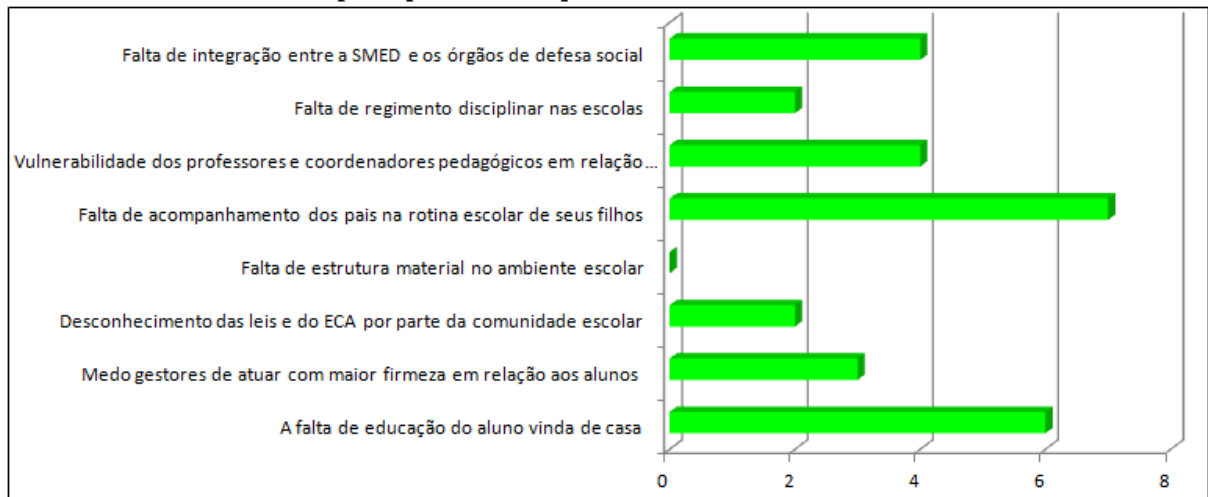
**Gráfico 18- Indicativos de ocorrências atendidas durante o PE.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão oito perguntaram-se quais seriam os principais motivos que levam a existência de conflitos e/ou violência no ambiente escolar na opinião dos agentes, conforme Gráfico 19. A opção “falta de acompanhamento dos pais na rotina escolar de seus filhos” foi marcada por 100% dos agentes e a opção “a falta de educação do aluno vinda de casa” foi assinalada por 85,7%.

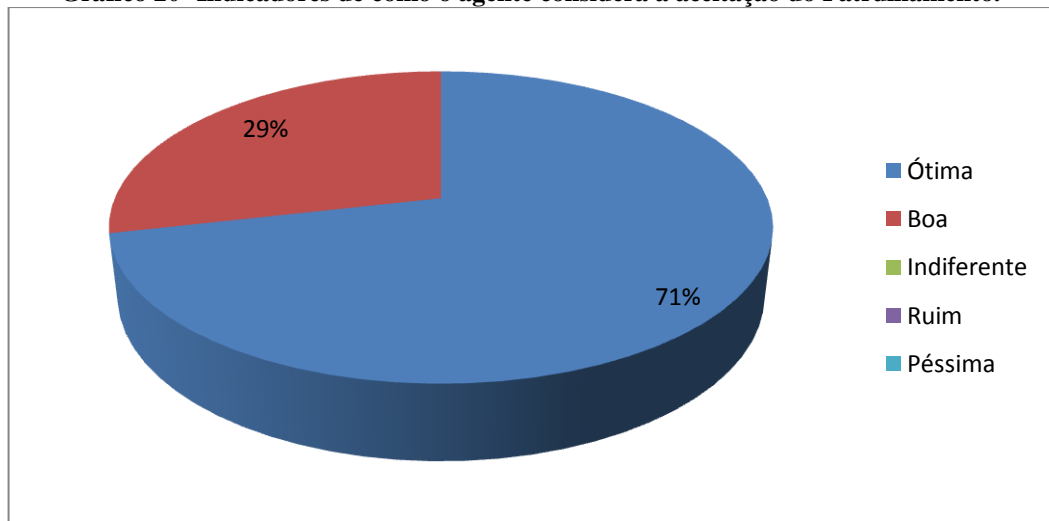
**Gráfico 19- Indicadores dos principais motivos que levam a conflitos e/ou violência no ambiente escolar.**



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 20 demonstra-se sobre a questão nove a qual questiona como o agente considera a aceitação do patrulhamento por parte da comunidade escolar, onde 71% dos agentes responderam que consideram a aceitação “ótima” e 29% consideram “boa”. As demais opções não foram indicadas por nenhum dos agentes.

**Gráfico 20- Indicadores de como o agente considera a aceitação do Patrulhamento.**

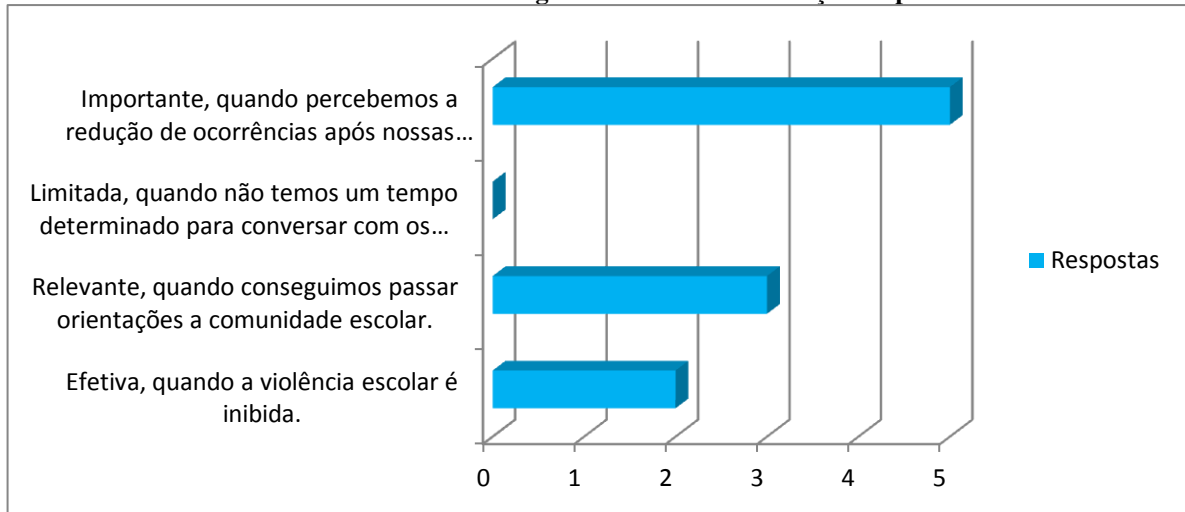


Fonte: Elaborado pela autora.

A questão dez do questionário perguntou “como o agente considera sua atuação no patrulhamento” o que para cinco dos agentes a atuação é “importante, quando é percebida a redução de ocorrências após a orientação” dada pelos agentes. Para três dos agentes sua atuação no patrulhamento é “relevante, quando se consegue passar orientações à comunidade

escolar”, já para outros dois agentes sua atuação é “efetiva, quando a violência escolar é inibida” após sua intervenção (Gráfico 21).

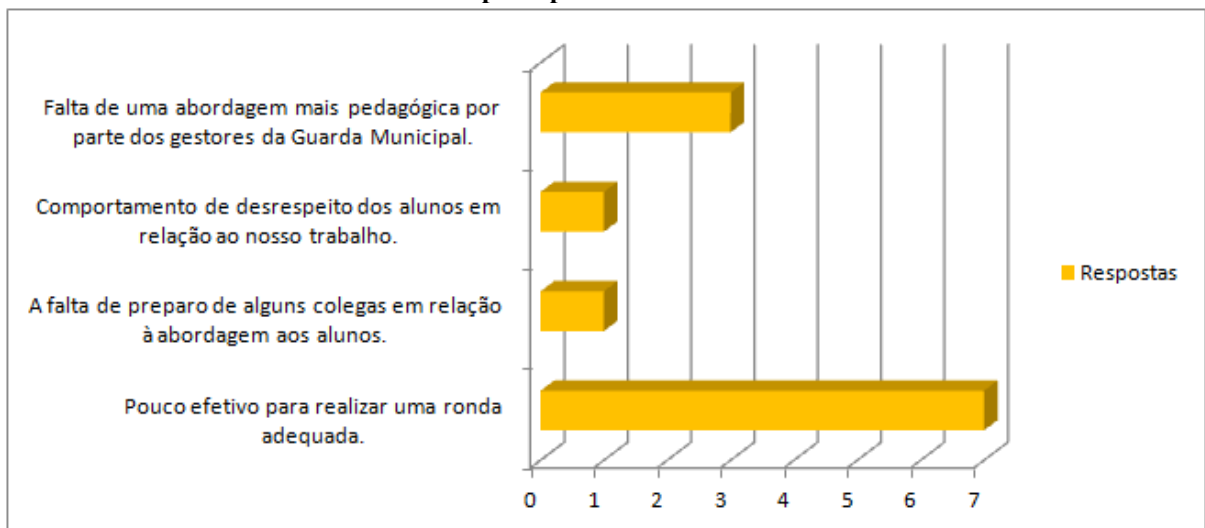
**Gráfico 21- Indicadores de como o agente considera sua atuação no patrulhamento.**



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 22 demonstra o que foi questionado na pergunta onze sobre “as principais dificuldades enfrentadas durante o patrulhamento” pelos agentes da Guarda. “Pouco efetivo para realizar uma ronda adequada” foi marcada por 100% dos agentes, seguida pela “falta de uma abordagem mais pedagógica por parte dos gestores da Guarda Municipal” com 42,9% das respostas.

**Gráfico 22- Indicadores das principais dificuldades enfrentadas durante o PE.**



Fonte: Elaborado pela autora.



A pergunta doze solicitou que os agentes da Guarda Municipal oferecessem sugestões que contribuíssem para melhorar o serviço do patrulhamento escolar. Dos sete participantes, seis contribuíram com sugestões de melhoria para o patrulhamento. A seguir apresentam-se as sugestões dos guardas que serão aqui designados de G1 ao G6.

Diante do questionamento “quais são suas sugestões para melhorar a prestação de serviço do patrulhamento à escola?” os guardas responderam conforme segue:

O G1 sugeriu que precisa ter um “maior número de agentes na patrulha escolar. Treinamento contínuo. Troca de experiências”. O G2 escreveu que se deve “aumentar o efetivo e o número de viaturas; Criar um projeto pedagógico junto com a direção das escolas e SMED”. Para o G3 é preciso “tornar mais efetiva as rondas e os contatos com a comunidade escolar”. Para o G4 é necessário:

Trabalhar preventivamente com uma presença constante nas escolas, orientando as crianças e jovens, com exatidão sobre seus comportamentos perante professores e comunidade. Orientar sobre seus direitos e deveres, visto que muitas crianças não têm a orientação necessária dos pais em casa e também segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e demais leis do código penal para os jovens dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio (GUARDA).

O G5 sugere que:

O contato direto com os alunos é de suma importância. Palestras e conversas com determinados grupos de alunos são fundamentais e devem ser frequentes. Depois de uma palestra ministrada, a mesma deve ser reforçada com diálogos periódicos nas turmas separadamente, assim atendendo a necessidade da escola referente àquela turma em específico (GUARDA).

Já o G6 expressa:

Na minha opinião, não só na patrulha escolar, mas em qualquer outro setor/órgão deve-se investir em materiais e equipamentos apropriados afim de auxiliar e facilitar a ação dos agentes de ponta, tanto quanto treinar e capacitar os agentes de forma ininterrupta, através de cursos, palestras, treinamentos e acompanhamento (GUARDA).

Diante das respostas obtidas dos guardas pode-se chegar à conclusão que: primeiro a falta de efetivo e viaturas é uma barreira para que o serviço possa ser mais efetivo; segundo, deve haver uma maior aproximação da Guarda com a comunidade escolar; e por último a questão preventiva deve ser mais trabalhada com palestras e orientações pedagógicas, bem como, com a presença mais constante nas escolas.

Devemos colocar neste segmento o fato que tem relação com a quantidade de efetivo na Guarda, particularmente, no Grupamento escolar. O perfil deles informa que não é uma questão de falta de formação ou de pouco treinamento, ao contrário, é possível avaliar que há

capacidade reprimida diante da falta de pessoal e da alta rotatividade que, querendo ou não, afeta nas rotinas de trabalho. Por outro lado, as decisões políticas perpassam, como em todas as políticas públicas, o trabalho e a efetividade social em foco.

## 5.5 A PERCEPÇÃO DO COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL

O Comandante da Guarda Municipal de Gravataí foi entrevistado com o intuito de compreender qual a sua percepção sobre o trabalho realizado pelo patrulhamento escolar. Conforme sua avaliação:

A importância da Patrulha Escolar reflete de uma forma bastante potencial porque o nosso grande público está nas escolas, que é a criança, o jovem, o adolescente que serão as pessoas que farão a substituição natural no amanhã, então cuidar deste público para muito além também dos demais, é de suma importância (informação verbal)<sup>12</sup>.

Para o Comandante a partir do momento que a Guarda passou a atuar de forma efetiva com o Patrulhamento Escolar aconteceu uma aproximação maior do guarda com a comunidade das escolas, aproximação essa maior do que quando os guardas atuavam de forma unilateral dentro do pátio das escolas, uma vez que passaram a atuar de maneira mais direta na prevenção dos delitos. Ainda segundo ele, após o início das atividades do Patrulhamento a Guarda Municipal passou a intervir nas escolas por meio de palestras com os mais diversos temas, mostrando aos alunos, numa linguagem bem acessível, as mais variadas formas de se fazer segurança. Com isso, conforme ele se pode observar a redução de muitos delitos e furtos no entorno das instituições de ensino atendidas pela Patrulha Escolar.

Quanto às dificuldades em relação à atuação da Patrulha Escolar o Comandante acredita que apesar de não ter um efetivo muito grande para atender às escolas, não existem grandes dificuldades, uma vez que existe uma parceria entre os vigias escolares e os guardas que atuam no Patrulhamento, os quais trocam informações, a fim de formar uma rede de atendimento à comunidade escolar, evitando assim possíveis delitos. Para ele o contato com as escolas só não é mais efetivo porque se torna quase impossível visitar todas as 75 escolas

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Rogério de Souza Luiz, Comandante da Guarda Municipal de Gravataí [maio,2019]. Entrevistador: Valéria Inês Daitx Silveira. Gravataí, 2019. Arquivo .mp3 (30min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice A desta monografia.

em um único turno de trabalho, por isso a Patrulha faz esse trabalho preventivo no entorno dos estabelecimentos de ensino.

O entrevistado afirmou que os professores e alunos muitas vezes não percebem a presença da Patrulha no entorno das escolas porque estão em sala de aula e por isso apenas relatam sensação de segurança e não visualizam o agente em si.

Em relação à avaliação do trabalho da Patrulha Escolar o Comandante afirma que a atuação do Patrulhamento é bastante positiva, baseado principalmente nos resultados observados, tanto na redução dos danos ao patrimônio público, quanto no envolvimento que os agentes da guarda têm com o público escolar, por meio das mais variadas intervenções socioeducativas, através de palestras e a apresentação dos cães do Grupamento de Operação com Cães que oferece apoio constante ao Patrulhamento nas ações preventivas dentro das escolas, o que contribui para a formação cidadã dos alunos, isso é possível verificar nos boletins de atendimento realizados pela Guarda Municipal, que vem demonstrando a cada dia a redução dos delitos no entorno das escolas.

Diante da percepção de todos os participantes da pesquisa se verifica que para alunos, professores e diretores a Patrulha Escolar é útil, porém deve ser mais presente e efetiva, com mais palestras e participação nas atividades da escola, contudo para os guardas é preciso aumentar o número de agentes, melhorar a capacitação e a aproximação da comunidade escolar. Já para o comandante o trabalho está sendo bem feito e requer apenas alguns ajustes que possibilitem aumentar o efetivo de agentes, uma vez que para ele as demais atividades da Patrulha estão sendo bem executadas e na necessitam mudanças significativas.

Nesse cenário, finaliza-se a análise dos resultados da pesquisa de campo, passando-se às considerações finais, recomendações e propostas de contribuição para outros estudos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar as contribuições da Patrulha Escolar na redução da criminalidade e vandalismo nas escolas de Gravataí e seu entorno a partir do entendimento de diversos atores, procurou também analisar as percepções mediante indicadores de efetividade destes mesmos atores a respeito da satisfação e da existência de demandas não atendidas, em relação ao serviço oferecido. Para tal foram utilizadas três linhas de raciocínio: o primeiro baseado nos objetivos que a legislação dispõe sobre o papel da Patrulha Escolar; a segunda sobre as infrações e delitos que são possíveis de ocorrer na escola e suas imediações; a terceira sobre a percepção dos sujeitos sobre a proximidade ou as principais carências das escolas em relação ao Patrulhamento. Essas categorias permitiram identificar as percepções dos alunos, professores, diretores, guardas municipais atuantes na Patrulha Escolar e do Comandante da Guarda Municipal de Gravataí, a respeito das atividades exercidas pelo patrulhamento.

Conforme apontado pelos alunos, professores e diretores, não existe um relacionamento muito próximo entre os guardas e a comunidade escolar além do patrulhamento diário no entorno das escolas. Muitas vezes a única pessoa que é vista pelos guardas é o(a) diretor(a) da escola. Não há como oferecer segurança preventiva sem haver um diálogo e uma maior aproximação entre os atores envolvidos, e ainda a troca de informação, confiança e respeito recíproco.

Diante dos dados coletados por meio dos questionários e entrevista, pode-se dizer que a Patrulha Escolar não tem uma proposta pedagógica bem definida, apesar de o Comandante afirmar que os agentes da Guarda são preparados através de cursos especializados e os próprios agentes afirmarem que a aceitação de seu trabalho pela comunidade escolar é ótima. Deve-se compreender que o agente de segurança que trabalha com jovens e crianças é acima de tudo um agente social.

Como relatado neste trabalho, a Patrulha Escolar trabalha com dezesseis agentes divididos em quatro viaturas em turnos de doze horas, atendendo setenta e cinco escolas municipais de Gravataí. Este seria um dos motivos apontados pelos agentes como justificativa do não comparecimento mais frequente nas escolas, ou seja, a falta de efetivo para atender todas as demandas da comunidade escolar do município.

Quanto aos objetivos traçados inicialmente para este trabalho se chegou a alguns resultados que possivelmente podem contribuir para a continuidade da política de segurança

no município. Quanto ao registro histórico da Guarda Municipal foi possível fazer um bom levantamento de dados através de consulta às leis existentes no município e aos agentes mais antigos da corporação, uma vez que além das leis não existe outro tipo de registro em relação à criação da Guarda e o trabalho por ela realizado.

Em relação à efetividade social do patrulhamento se concluiu que a maioria dos beneficiários enxerga como positivo o trabalho executado pela Patrulha, principalmente as escolas que recebem palestras e a visita mais constante dos guardas. Foi possível também constatar que existe certa dissonância entre a percepção da comunidade escolar sobre o trabalho da Patrulha e a autoimagem do Grupamento: os guardas acreditam que seu trabalho é muito mais comunitário, preventivo e que garante segurança à sociedade do que aponta a própria comunidade escolar.

Foi realizado um levantamento documental sobre os delitos registrados entre agosto de 2016 e dezembro de 2018, verificando-se que principalmente o vandalismo e furto/roubo nas escolas tiveram uma redução considerável após o início das atividades da Patrulha Escolar nos moldes exercidos hoje no município, portanto, efetivou-se a premissa que o patrulhamento contribuiu para a redução da criminalidade nas escolas e seu entorno.

O arranjo institucional da política de segurança do município de Gravataí poderia ser melhorado se houvesse uma aproximação maior entre a educação e a segurança por meio de projetos pedagógicos que envolvam alunos, professores e guardas municipais no sentido de fazer um trabalho preventivo e não repressivo, conforme relataram alguns professores, o que estava previsto inicialmente no projeto de implantação da Patrulha Escolar.

A importância do serviço de patrulhamento escolar realizado pela Guarda Municipal foi reconhecida pela comunidade escolar na percepção dos diversos sujeitos consultados nesta pesquisa e implicados neste processo de enfrentamento da criminalidade e violência no entorno e dentro das escolas de Gravataí. Todavia, pelo reduzido efetivo de guardas que atuam no patrulhamento, a pesquisa demonstrou a pouca efetividade das ações executadas frente à redução da capacidade de atendimento, a grande quantidade de escolas existentes e o aumento da violência social, o que obviamente influencia no ambiente escolar, também a falta de projetos nas escolas referentes ao tema e ações conjuntas entre escola e Guarda Municipal no intuito de mostrar que existe intervenção do poder público na intenção de reduzir os conflitos no ambiente escolar e seu entorno.

Percebe-se que apesar de sofrer com os obstáculos característicos da execução das políticas públicas e de segurança no que se refere ao fracionamento, à ausência de articulação setorial e horizontal, a inconstância das políticas governamentais, a restrita participação social

dentre outras, o patrulhamento escolar da Guarda Municipal de Gravataí tem sido a política pública mais efetiva realizada com o objetivo de assegurar a proteção e a sensação de segurança no ambiente escolar e no desenvolvimento de suas atividades. Não obstante, referente à qualidade do atendimento são apresentados fatos relevantes como o subaproveitamento da capacidade preventiva e sua abrangência dentro dos princípios de proximidade e cooperação pressupostas para o policiamento comunitário, como caminho para o enfrentamento da violência e criminalidade no Brasil.

Portanto, salienta-se que o modelo de política pública de segurança praticada no país, de cima para baixo (*top down*), não se mostra a mais adequada diante das muitas demandas sociais, até mesmo no ambiente escolar, evidenciando as limitações frente à participação social, fundamental à aceitabilidade, justiça e efetividade das políticas públicas, comprometendo o apropriado traçado do problema desde o princípio, por não observar as capacidades e noções dos sujeitos participantes e aos quais se propõe alcançar. Levando-se em consideração que as políticas públicas são elaboradas e as decisões em relação a elas são da esfera política, apartadas e praticamente isoladas, da execução pela esfera administrativa, a qual cabe vencer qualquer contratempo e adversidades, que não foram previstas na sua elaboração, entretanto, sobre esses órgãos que executam recaem todos os erros e possível fracasso da política pública, caracterizando, conforme Secchi (2013, p.60), um “*lavar as mãos*, [...] conhecido na literatura política como *blame shifting* ou deslocamento de culpa”.

Diante do histórico político e cultural do Brasil, mesmo com o progresso após a democratização, se observa que as políticas de segurança pública continuam sendo impostas e não alcançam sucesso no que se refere às demandas por segurança pública, de acordo com o Atlas da Violência 2018, as políticas públicas de segurança elaboradas no país não conseguem ser efetivas no enfrentamento do problema da violência que atinge principalmente a população jovem, o que requer mais políticas voltadas à segurança deste público também nas escolas. Com isso, esse trabalho representa um esforço para medir a efetividade social por meio dos diversos sujeitos envolvidos, que há uma grande dificuldade em estabelecer políticas públicas de segurança eficientes no âmbito municipal, uma vez que, não são percebidas ou quando percebidas não são consideradas relevantes. Outra dificuldade é relativa à percepção da maioria da sociedade e também de algumas autoridades sobre a questão da segurança pública ser responsabilidade exclusiva das polícias estaduais e federais, cabendo apenas a elas as soluções e enfrentamento da violência e não às instituições de segurança dos municípios.

Todavia, o patrulhamento escolar tem ocorrido e tem vencido muitos obstáculos como a desinformação e o estigma em relação à atuação puramente coercitiva e afastada do

contexto social, próprio do modelo de policiamento tradicional ainda vigente no ambiente das polícias militares e em algumas Guardas Municipais do Brasil. Embora ainda discretos, os resultados em relação à atuação da Patrulha Escolar tem proporcionado uma maior sensação de segurança no entorno das escolas, superando as adversidades e motivando uma maior procura pela presença dos agentes da Guarda nas unidades de ensino para realização de palestras. A capacidade preventiva do patrulhamento escolar, bem como seu papel protetivo junto à comunidade escolar, ainda é desconhecida pela maioria dos alunos, professores e diretores, seja pela desinformação ou pelas resistências, ceticismos e interesses de alguns sujeitos.

A maior contribuição deste trabalho consiste na organização de conhecimentos e referências sobre o policiamento comunitário praticado pela Patrulha Escolar, principalmente mostrando sua pouco conhecida capacidade preventiva como estratégia de aproximação da comunidade escolar e da percepção da sociedade do papel social e das atribuições da Guarda Municipal de Gravataí em relação a sua segurança e proteção.

Entre as limitações desta pesquisa se percebe que falta literatura desta temática, assim como diagnósticos e índices confiáveis, já que não estão estabelecidos claramente. Falta também o comprometimento e participação dos agentes sociais em relação à segurança no ambiente escolar, o que prejudica as ações voltadas para estabelecer a sensação de segurança nas escolas do município.

Apesar destas dificuldades é possível considerar a hipótese de que o tema da violência no ambiente escolar, ao ganhar a agenda pública, não pode mais deixar de ser percebida pelos formuladores das políticas, principalmente em nível municipal. Isso talvez crie condições para o estabelecimento de ações integradas entre Patrulha Escolar e escolas, configurando assim, de fato, uma política pública de segurança.

Diante do exposto, sugerem-se futuros estudos que considerem a participação social e que consultem a comunidade escolar ao serem criadas políticas públicas voltadas a este público, bem como sejam consideradas as significativas contribuições do patrulhamento escolar na redução dos delitos e controle da violência no entorno das escolas do município de Gravataí e a oportunidade de uma transformação de comportamento na prática da guarda sob a perspectiva do policiamento comunitário.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam, Coord. **Programa de prevenção à violência nas escolas. Violências nas Escolas.** Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2014. Disponível em< <http://flacso.org.br/?publication=violencias-nas-escolas-programa-de-prevencao-a-violencia-nas-escolas>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- AITH, Fernando. **Políticas públicas de Estado e de governo:** instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. Maria Paula Dallari Bucci (org.). São Paulo: Saraiva, 2006.
- ALVES, Iron Pedreira. Uma possibilidade contra a violência: a educação para a paz como tema transversal. Revista da FAEEBA, Salvador, v. 9, n. 14, p. 21-28, jul./dez. 2000. Disponível em< <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/issue/viewIssue/245/144>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- ANDRADE, Luis Aureliano Gama de; SANTOS, Manoel Leonardo. **O município na política Brasileira: revisitando coronelismo, enxada e voto.** In: Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Lúcia Avelar, Antônio Octávio Cintra, organizadores. 3.ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. 416p.
- ARRETCHE, Marta Tereza da silva. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais / (Orgs). BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. - São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.224 p. : 23 cm
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2007.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma Avaliação da Efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. 164F. Dissertação – Programa de Pós–Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BOHN, Maurício Futryk. **Policiamento Comunitário: A Transição da Polícia Tradicional Para Polícia Cidadã.** Porto Alegre, 2016. Disponível em< <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/54.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028.** Brasília, 2018. Disponível em<<http://www.seguranca.gov.br/Acesso/consulta-publica/anexos/anexos-plano-nacional-de-seguranca-publica/plano-nacional-de-seguranca-publica-e-defesa-social.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p. Atualizada até a EC n. 97/2017.



\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. **Guia de Orientação**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Convênio de Cooperação Federativa 13/2007**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**: projeto de lei/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz; MORAIS, David Pereira. **Guardas Municipais: Resistência e Inovação**. In: Coleção Segurança com Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Ano I, 2009, n. 01. Brasília, DF. Disponível em < [http://www.seguranca.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/revista\\_seguranca/colecao-seguranca-com-cidadania-v\\_01.pdf](http://www.seguranca.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/revista_seguranca/colecao-seguranca-com-cidadania-v_01.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas em direito. In: **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. Maria Paula Dallari Bucci (org.). São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, William Sergio Antunes de. **A segurança cidadã e a garantia do policiamento preventivo pelas guardas civis municipais**: Guapimirim. Um projeto modelo para o futuro. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 09 maio 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.589021&seo=1>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CARAVANTES, Geraldo R.; BJUR, Wesley. **ReAdministração em ação**. 3ª Ed. São Paulo: Makrin Books, 1996

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de. **Ronda Escolar para além-muros**: percepções, práticas, possibilidades e ressignificação. Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

CARVALHO, Claudio Frederico de. **O que você precisa saber sobre Guarda Municipal e nunca teve a quem perguntar**. Fundação Biblioteca Nacional, 3ª ed. Curitiba, 2011. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/vaniamatos142/o-que-vc-precisa-saber-sobre-guarda-municipal>> Acesso em: 01 set. 2018.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança Pública no Brasil**: avanços, limites e desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

CORRALO, Giovani da Silva; ZANOTTO, Letícia Abati. **O poder municipal e as políticas públicas de segurança**. In: XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2016, Santa Cruz do Sul. 2016. Disponível em <<HTTPS://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14727/3567>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais / (Orgs). Maria Cecília Roxo Nobre Barreira; Maria do Carmo Brant de Carvalho - São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. 224 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GRAVATAÍ, Prefeitura Municipal de. **A História de Gravataí**. Portal atendeNet. Disponível em <<https://gravatai.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>>. Acesso em: 16 set. 2018.

\_\_\_\_\_. (Rio Grande do Sul). **Lei 2.750 de 27 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o regulamento disciplinar dos servidores da Guarda Municipal de Gravataí e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gravatai/lei-ordinaria/2007/276/2751/lei-ordinaria-n-2751-2007-dispoe-sobre-o-regulamento-disciplinar-dos-servidores-da-guarda-municipal-de-gravatai-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. (Rio Grande do Sul). **Lei 1.870 de 30 de dezembro de 2002**. Cria a Secretaria Municipal para Assuntos da Segurança Pública, cria cargos no quadro de funcionários e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gravatai/lei-ordinaria/2002/187/1870/lei-ordinaria-n-1870-2002-cria-a-secretaria-municipal-para-assuntos-da-seguranca-publica-cria-cargos-no-quadro-de-funcionarios-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 set. 2018.

\_\_\_\_\_. (Rio Grande do Sul). **Lei 1.066 de 07 de setembro de 1996**. Cria a Guarda Municipal de Gravataí e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/gravatai/lei-ordinaria/1996/106/1066/lei-ordinaria-n-1066-1996-cria-a-guarda-municipal-de-gravatai-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 set. 2018.

GREGORIUS, Marcio Rosni. **A Administração Pública e suas funções**. Curso de Direito da UNIVATES. Lajeado/RS. 2015. Disponível em <<https://marciorosni.jusbrasil.com.br/artigos/195654350/a-administracao-publica-e-suas-funcoes>>. Acesso em: 13 out. 2018.

GUARDA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. **Relatório anual de Boletins de Atendimento**. Gravataí, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese/Gravataí**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>>. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2018**. Daniel Cerqueira (coordenador). Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2018\\_Relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf)>. Acesso 20 fev. 2019.

KAHN, Tulio; ZANETIC, André. **O Papel dos Municípios na Segurança Pública**. In: Coleção Segurança com Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Ano I, 2009, n. 01. Brasília, DF. Disponível em <[http://www.seguranca.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/revista\\_seguranca/colecao-seguranca-com-cidadania-v\\_01.pdf](http://www.seguranca.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/revista_seguranca/colecao-seguranca-com-cidadania-v_01.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas Públicas Sociais**. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Editora UNESP. São Paulo, 2015.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. **Políticas Públicas e Administração Pública Democrática no Brasil**. In: VI Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública (ENEAP 2007), Florianópolis, SC. Disponível em < <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/politicas-publicas-e-administracao-publica-democratica-no-brasil/25725/>>. Acesso em: 13 de out. 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

NETO, José Bispo de Moraes. **Ronda Escolar nas escolas públicas de Fortaleza: uma análise do programa ROPE o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira**. 2010. 69f. Dissertação (Especialização) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2010. Disponível em< [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37565/1/2009\\_tcc\\_jbmoraesneto.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37565/1/2009_tcc_jbmoraesneto.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2019.

PEGORINI, Fernanda; MONTEIRO, Mauro Celso. **UPS Vilas Zumbi e Liberdade: Pesquisa de opinião e resultados após a aplicação da doutrina de Polícia Comunitária**. Revista de Ciências Policiais da APMG. São José dos Pinhais, v.1, n.1, p.141-160, 2017. Disponível em<[www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/APMG/09\\_UPS\\_Vilas\\_Zumbi\\_e\\_Liberdade.odt](http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/APMG/09_UPS_Vilas_Zumbi_e_Liberdade.odt)>. Acesso em: 15 maio 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 130p.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 384p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Luiz Fernando Carvalho da. **Guarda Municipal e o Poder de Polícia à Luz da PEC 534/2002**. 2013. Trabalho de conclusão do curso de Direito - Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos – FACENSA, Gravataí, 2013.

SILVA, Ronaldo Teixeira da. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**. In: Desafios da Gestão Pública de Segurança. Organizadores: Fátima Bayma de Oliveira [et al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 284p.

## **APÊNDICE A - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL OFICIAL GM ROGÉRIO DE SOUZA LUIZ.**

### **1- Qual a importância da Patrulha Escolar para as ações desenvolvidas pela Guarda Municipal?**

A importância da PE nas nossas ações reflete de uma forma bastante potencial porque o nosso grande público está nas escolas, que é a criança, o jovem, o adolescente que serão as pessoas que farão a substituição natural no amanhã, então cuidar deste público para muito além também dos demais, é de suma importância, no momento que a gente passou a se envolver com as escolas neste sistema da PE, isso de certa forma nos colocou muito mais próximo ainda de quando a gente atendia de forma unilateral dentro do pátio da escola, porque a PE não só trabalha nesta prevenção com relação à segurança, mas também tem uma participação bastante efetiva na educação destas crianças, na construção do cidadão destas crianças. A gente atua através de palestras com os mais diversos temas, então leva a esta visão e o comportamento com a manutenção da segurança diretamente para os alunos numa linguagem que eles conseguem absorver e que conseqüentemente também passa a contribuir para segurança deste público, então esta participação efetiva do organismo de segurança levando à formas de comportamento, principalmente nos deslocamentos da escola-casa, casa-escola, tem sim, a gente tem observado um resultado muito mais efetivo e conseqüentemente contribuindo na diminuição de muitos delitos e furtos que aconteciam neste ínterim, neste deslocamento.

### **2 – O Patrulhamento Escolar da Guarda Municipal tem trazido benefícios para a comunidade escolar em geral?**

Com toda certeza, a gente pode comprovar isso aí, inclusive com os indicadores, porque como é que funciona: a PE atua de forma preventiva no entorno das escolas, a gente poderia observar em outro momento o problema não está dentro da escola, o delito não está dentro da escola, ele está no entorno da escola e tenta entrar na escola, então quando o GM, que é um servidor, que tem uma expertise diferente porque ele precisa ser submetido a um curso de formação que é regulamentado através da matriz curricular da SENASP que propõe um currículo pedagógico de no mínimo 476 horas das mais diversas disciplinas, além deste curso de formação tem toda uma preparação para o equipamento letal e não letal que utiliza, então é um servidor que para estar pronto tem um investimento grande, tem uma complexidade para formar este servidor, para deixar ele pronto e ele pode contribuir de uma forma muito maior do que cerceado muitas vezes dentro de um espaço único, então no

momento que ele sai pra fora dos muros da escola ele atua diretamente na prevenção para afastar ainda mais esta pretensão do delito que chega nas cercanias da escola. Então esta participação da PE envolve não só os alunos, mas a comunidade do entorno da escola, envolve os moradores do entorno da escola, envolve a praça do entorno da escola, envolve o bairro do entorno da escola, então esta prevenção desenvolvida na prática da PE contribui de uma forma muito mais eficaz com o público geral do entorno e também diretamente com o público escolar, que são os nossos alunos, os nossos jovens, as nossas crianças.

### **3 – O Patrulhamento Escolar surgiu de uma necessidade de melhorar a sensação de segurança no entorno das escolas, você acha que a implementação deste projeto cumpriu o que estava proposto?**

Cumpriu, cumpriu com certeza, para teres uma ideia, quando lançamos a PE, aí eu vou retornar um pouquinho mais, nós tínhamos, aproximadamente em torno de 50 servidores da GM que trabalhavam na escola, dentro do pátio da escola, então a gente recebia diversas chamadas, ah! Olha tentaram invadir a cerca da escola, pela lateral, pelos fundos, aí deslocava pra lá a guarnição para dar este apoio, neste sentido, quando a gente montou a PE, a gente não desassistiu a escola, porque antes de retirar o guarda de dentro da escola foi aberto um concurso, foi feito o chamamento do servidor no cargo de vigia de escola, esse servidor foi para uma sala de aula, teve uma formação de aproximadamente 80 horas e depois esse servidor foi para dentro do pátio da escola, o vigia escolar, e aí sim que o GM saiu de dentro da escola. Quando o GM saiu da escola foi formada estas patrulhas escolares que dão este aporte no entorno e que trabalham em conjunto com este servidor, que é o vigia, que agora está dentro do pátio da escola, então conseqüentemente passou a inibir este indivíduo que tentava entrar pelos fundos da escola, porque a Patrulha está no entorno, ela faz o entorno, a gente, pra tu ter uma ideia, no primeiro ano e no segundo ano nós tivemos uma redução tão significativa de vandalismo e depredação de escola neste período de recesso, que era o período assim que mais acontecia este tipo de delito, nós zeramos no primeiro ano com essa implantação da PE e no segundo ano foi um índice baixíssimo de escolas que sofreram com estes tipos de vandalismo, então a redução foi significante e tem se mantido desde a implantação da PE de maneira muito eficaz no que tange a preservação da estrutura do prédio, no que tange até furtos, delitos e arrombamentos. Então o resultado se apresenta dentro destas estimativas que estão consignadas nos levantamentos.

#### **4- Quais as principais dificuldades que impedem que o Patrulhamento Escolar seja mais efetivo em sua proposta de trabalho?**

Assim, a gente trabalha com a máxima de que sempre pode se melhorar a prestação do serviço que está sendo feito, então esta é uma máxima que a gente implanta e cotidianamente isto é trabalhado dentro da concepção dos gestores que atualmente estão à frente da instituição. A PE atua com quatro guarnições, elas visitam todas as escolas diariamente, só o que acontece, a professora não vai visualizar a guarnição, porque o foco da guarnição é justamente trabalhar essa prevenção no entorno da escola, porque nós temos o vigia escolar que faz esse link dentro do pátio da escola e o contato do vigia é permanente com o servidor da Guarda Municipal, na verdade se trabalha em conjunto, a gente trabalha em rede direta com este vigia escolar e efetivamente trabalhando mais esta questão preventiva do entorno. Dentro da escola a gente participa e conseqüentemente também tem este contato e invariavelmente ele só não é constante, não é permanente, até porque a gente atende 77 escolas diariamente, se a guarnição parar para fazer o contato todos os dias, a gente não consegue visitar todas as escolas, o horário não permitiria.

#### **5- Como o comando avalia o trabalho do Patrulhamento desde sua criação?**

Avaliamos de forma bastante propositiva, até porque as escolas sempre foram uma prioridade nossa em questão de atendimento e isto nós fazemos de uma forma mais suntuosa desde 2011 quando assumimos o comando da Guarda e efetivamente com a criação da Patrulha Escolar específica que foi criada em 2016 onde a gente tem esse grupamento composto com estas quatro viaturas, quatro guarnições e trabalham diretamente nas escolas e a gente tem notado uma evolução bastante positiva desde então e isso nos traz assim uma grande satisfação com base nos resultados que a gente tem observado tanto na redução de danos e vandalismo nos prédios públicos, quanto no envolvimento mais direto que os nossos servidores da Guarda Municipal têm tido com os nossos alunos, com o nosso público escolar através das mais variadas intervenções socioeducativas, com palestras, com o nosso Dog Show, apresentação dos cães e cada vez mais tem aumentado as solicitações por parte das escolas para que estejamos presentes dentro do espaço escolar levando sempre esta mensagem, essas ações e tem sido sim bastante contributivas na formação do cidadão do amanhã que essas crianças, que esses jovens se tornarão.

A Patrulha Escolar trouxe uma contribuição muito positiva para Guarda Municipal e isso a gente observa inclusive através dos nossos servidores que atualmente desenvolvem esse serviço, não raras vezes eles manifestam para nós a satisfação de poder fazer parte deste

projeto, deste processo, desenvolvendo este trabalho e trazendo o seu conhecimento e participando, porque na verdade eles acabam, como eles mesmos nos trazem aqui, eles acabam aprendendo também bastante com este público, então é uma satisfação recíproca, tanto dos servidores que prestam serviço, quanto o retorno que tem chegado do público escolar que recebe esta contribuição por parte da Guarda Municipal.

## ANEXO A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS ALUNOS:

**1 - Escola:** \_\_\_\_\_

**2 - Assinale / responda a seguir:**

Masculino     Feminino

**3 - Idade:** \_\_\_\_\_

**4 - Ano / Série**

6º     7º     8º     9º     Ensino médio

**5 – Com que frequência essas atividades foram realizadas pela Patrulha Escolar na sua escola?**

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Visitas aos gestores escolares (professores/diretores)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ronda no interior da escola (pátio)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ronda no entorno da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abordagem verbal aos alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revista pessoal nos alunos em busca de objetos proibidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palestras ou orientações socioeducativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação nas reuniões com pais, professores ou alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação nas atividades culturais ou esportivas da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Faz mediação de conflitos oferecendo uma solução amigável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condução de aluno à delegacia especializada ou ao conselho tutelar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**6 – Qual a frequência dessas ocorrências em sua escola?**

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Agressão física / lesão corporal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agressão verbal / desacato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vandalismo / dano ao patrimônio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porte de arma de fogo / faca ou outro objeto que corta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso ou tráfico de entorpecentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Invasão à escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Furto ou tentativa (sem contato com a vítima)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roubo ou tentativa (com contato, ameaça ou violência à vítima)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Embriaguez	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ameaça de qualquer tipo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**7 - Como você se sente quando a Patrulha Escolar está em sua escola?**

- Seguro
- Preocupado
- Indiferente
- Tranquilo
- Angustiado

**8 - Você acha que o Patrulhamento Escolar deve continuar?**

- Discordo totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo totalmente

**9 - Se já foi atendido pela Patrulha Escolar, como você se sentiu?**

- Seguro
- Bem tratado
- Respeitado
- Mal tratado
- Humilhado
- Não foi atendido

## ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS PROFESSORES E DIRETORES:

**1 - Escola:** \_\_\_\_\_

**2 – Qual sua função na Escola?**

- Diretor (a)**  
 **Vice-diretor (a)**  
 **Professor (a)**

**3 – Com que frequência essas atividades foram realizadas pela Patrulha Escolar na sua escola?**

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Visitas aos gestores escolares (professores/diretores)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ronda no interior da escola (pátio)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ronda no entorno da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abordagem verbal aos alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revista pessoal nos alunos em busca de objetos proibidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palestras ou orientações socioeducativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação nas reuniões com pais, professores ou alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação nas atividades culturais ou esportivas da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Faz mediação de conflitos oferecendo uma solução amigável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condução de aluno à delegacia especializada ou ao conselho tutelar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**4 – Qual a frequência dessas ocorrências em sua escola?**

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
Agressão física / lesão corporal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agressão verbal / desacato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vandalismo / dano ao patrimônio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Porte de arma de fogo ou arma branca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso ou tráfico de entorpecentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Invasão à escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Furto ou tentativa (sem contato com a vítima)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roubo ou tentativa (com contato, ameaça ou violência à vítima)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Embriaguez	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ameaça de qualquer tipo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**5 - Como você se sente quando a Patrulha Escolar está em sua escola?**

- Seguro
- Preocupado
- Indiferente
- Tranquilo
- Angustiado

**6 - Você acha que o Patrulhamento Escolar deve continuar?**

- Discordo totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo totalmente

**7 - Se já foi atendido pela Patrulha Escolar, como você se sentiu?**

- Seguro
- Bem tratado
- Respeitado
- Mal tratado
- Humilhado
- Não foi atendido

**8 - Em sua opinião o que poderia ser melhorado na atuação do Patrulhamento Escolar?**

---

---

---

---

**ANEXO C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PATRULHAMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ APLICADO AOS GUARDAS MUNICIPAIS PARTICIPANTES DA RONDA:**

**1 - Assinale / responda a seguir:**

Masculino     Feminino

**2 – Tempo de serviço na GM:** \_\_\_\_\_

**3 - Tempo na Patrulha Escolar:** \_\_\_\_\_

**4 – Grau de instrução:**

Ensino médio     Superior     Especialização     Mestrado     Doutorado

**5 - Área de formação:** \_\_\_\_\_

**6 – Quais dessas atividades são realizadas pela Patrulha Escolar durante a Ronda?**

- Visitas aos gestores escolares (professores/diretores)
- Ronda no interior da escola
- Ronda no entorno da escola
- Abordagem verbal aos alunos
- Revista pessoal nos alunos em busca de objetos ilícitos
- Palestras ou orientações socioeducativas
- Orientações ou sugestões para melhoria das condições de segurança na escola
- Participação nas reuniões com pais, professores ou alunos
- Participação nas atividades culturais ou esportivas da escola
- Faz mediação de conflitos oferecendo uma solução amigável
- Condução de aluno à delegacia especializada ou ao conselho tutelar

**7 – Quais dessas ocorrências são atendidas durante o patrulhamento escolar?**

- Agressão física / lesão corporal
- Agressão verbal / desacato
- Vandalismo / dano ao patrimônio
- Porte de arma de fogo ou arma branca
- Uso ou tráfico de entorpecentes
- Invasão à escola
- Furto ou tentativa
- Roubo ou tentativa
- Embriaguez
- Ameaça de qualquer tipo

**8 – Em sua opinião e de acordo com sua vivência diária no Patrulhamento Escolar, quais são os principais motivos que levam a existência de conflitos e/ou violência no ambiente escolar?**

- A falta de educação do aluno vinda de casa
- Medo dos professores e coordenadores de atuar com maior firmeza em relação aos alunos
- Desconhecimento das leis e do ECA por parte da comunidade escolar
- Falta de estrutura material no ambiente escolar
- Falta de acompanhamento dos pais na rotina escolar de seus filhos
- Vulnerabilidade dos professores e coordenadores pedagógicos em relação à violência
- Falta de regimento disciplinar nas escolas
- Falta de integração entre a SMED e os órgãos de defesa social (Conselho Tutelar, MP)

**9 – Como você considera a aceitação do Patrulhamento Escolar por parte da comunidade escolar?**

- Ótima     Boa     Indiferente     Ruim     Péssima

**10 – Como você considera sua atuação no patrulhamento escolar?**

- Efetiva, quando a violência escolar é inibida.
- Relevante, quando conseguimos passar orientações a comunidade escolar.
- Limitada, quando não temos um tempo determinado para conversar com os alunos.
- Importante, quando percebemos a redução de ocorrências após nossas orientações.

**11 – Quais as principais dificuldades enfrentadas durante o patrulhamento escolar?**

- Pouco efetivo para realizar uma ronda adequada.
- A falta de preparo de alguns colegas em relação à abordagem aos alunos.
- Comportamento de desrespeito dos alunos em relação ao nosso trabalho.
- Falta de uma abordagem mais pedagógica por parte dos gestores da Guarda Municipal.

**12 – Quais são suas sugestões para melhorar a prestação de serviço do Patrulhamento às escolas?**

---



---



---



---